



Dez/Jan/Fev de 1999/2000

Boletim

Boletim Informativo da Associação Brasileira de Conservadores - Restauradores de Bens Culturais

Leia nesta edição :

Cartas & E-mails	2,3
Artigo Técnico	4
PRESERVAÇÃO DO COMPLEXO FERROVIÁRIO DE SÃO JOÃO DEL REI - Sergio Santos Moraes	
Artigo Técnico	6
DA TEORIA À PRÁTICA NA CONSERVAÇÃO E NO RESTAURO - Mário Mendonça de Oliveira	
Artigo Técnico	8
PROGRAMA MONUMENTA – UMA PROPOSTA INOVADORA Joailce Maria Monte de Azevedo	
Artigo Técnico	10
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO ORIENTADA proRIO PROJETO DO MORRO DA CONCEIÇÃO - Márcia Frota Sigaud	
Artigo Técnico	12
AZULEJARIA DO PAÇO DO SALDANHA RESTAURAÇÃO E REINTEGRAÇÃO - Zeila Maria de Oliveira Machado	
Artigo Técnico	14
O SUBSTRATO CONCEPTUAL DA PRESERVAÇÃO: A ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BRASILEIRA NO DESVELAMENTO DAS DIRETRIZES E DAS BASES FUNDAMENTAIS PARA A IDENTIDADE NACIONAL - Maria Lúcia Cidade Vidal X Congresso	
REGIMENTO DO X CONGRESSO DE CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO DA ABRACOR	17
Normas para Publicação de Artigos Técnicos	18
Prêmio Rodrigo M. Franco	18
12th TRIENNIAL MEETING ICOM-CC	18
Publicações & Boletins	19
Desafio ABRACOR	19
Agenda ABRACOR	20

EDITORIAL

Está subjacente no espírito de muitos associados a idéia de que a ABRACOR é sinônimo de uma associação de classe com interesses, preocupações e preceitos técnicos. É tudo isso, mas não apenas isso. O tema do editorial de mais um número do nosso Boletim constitui a demonstração cabal das preocupações e propósitos políticos e científicos da ABRACOR. Na cidade francesa de Lyon, no mês de setembro passado, a ABRACOR, representada pela sua presidente, conquistou o direito de sediar o XIII Encontro do ICOM-CC *International Council of Museum-Conservation Committee* (Conselho Internacional de Museus-Comitê para Conservação) no Rio de Janeiro no ano de 2002, em uma disputa em que derrotou a Grécia por sete votos a zero.

A inserção da ABRACOR no circuito dos eventos internacionais da Conservação, para além do orgulho que todos nós devemos sentir e do justo reconhecimento da comunidade internacional de conservadores/restauradores, assim manifestado, implica, em contrapartida, na mobilização dos associados para que seja possível oferecer e garantir discussões, reflexões e questionamentos relevantes para o XIII Encontro do ICOM-CC. Sendo assim, cabe, mais uma vez, ao corpo de associados da ABRACOR preparar-se para fazer jus à escolha feita em França.

De imediato, urge a formação de uma Comissão Nacional (foi aprovada a criação desta, em assembléia geral da ABRACOR durante o I Fórum para Reconhecimento Profissional, realizado do dia 07 de novembro de 1997 do auditório do Banco Safra em São Paulo) para preparar uma estratégia a tempo hábil e que seja capaz de identificar o rumo a ser tomado e formular as diretrizes que possam contribuir para a consolidação da conservação/restauração no Brasil e na América Latina. A expressão globalização cada dia menos carece de explicações e definições. Ela é onipresente e os fatos se sucedem. As empresas fundiram-se e diversificaram suas atividades e a informação é o grande valor transacionável. É disso que tratará o XIII Encontro do ICOM-CC no Rio de Janeiro em 2002: a troca de informação específica da área, mas de interesse e alcance interdisciplinar e multinacional.

Aparentemente, ainda faltam três anos para a sua realização, mas, nestes tempos, e para o sucesso que todos desejamos obter na primeira vez em que um encontro desse porte acontece abaixo da linha do Equador, muito menos falta para que os associados da ABRACOR comecem a apresentar propostas concretas, refletidoras das diferentes realidades da conservação/restauração no Brasil. Há muitas formas de abordar esta oferta de espaço na comunidade internacional da conservação e caberá, a nós, brasileiros e associados da ABRACOR, juntar a sedução turística da cidade do Rio de Janeiro a um ambiente técnico e científico resultante das reflexões dos conservadores e restauradores de todo o Brasil. Deveremos ser eloqüentes no discurso, articulados na elaboração, claros na exposição e incisivos na convicção.

A credibilidade internacional da ABRACOR e, de resto, da conservação/restauração no Brasil, dependerá da capacidade de identificarmos aquilo que une a todos os profissionais conservadores/restauradores, independentemente de sua nacionalidade. E qualquer estratégia de nível internacional deve considerar e envolver os múltiplos aspectos que compõem essa comunidade através da identificação daquilo que, mesmo sendo diferente, nos une e não daquilo que nos separa. Essa é a oportunidade que a ABRACOR e os conservadores/restauradores do Brasil e do resto do mundo teremos com a realização do XIII Encontro do ICOM-CC, no Rio de Janeiro em 2002. Mãos à obra!

Cartas & E-mails

ESCLARECIMENTO:

Atendendo solicitação por carta, de nosso associado Ivan Coelho de Sá – n° 318, museólogo, conservador-restaurador, a ABRACOR disponibilizou esse espaço para o mesmo fazer o seguinte esclarecimento:

Esclarece que, a despeito do publicado nos jornais: O GLOBO (24/11/1998), JORNAL DO BRASIL (26/11/1998) e FOLHA DE SÃO PAULO (26/11/1998), foi ele quem coordenou os trabalhos de restauro do Mobiliário Machado de Assis, na Academia Brasileira de Letras – ABL.

Associação Brasileira Conservadores Restauradores Bens Culturais

Sr. Director
Presente:

En el marco de las políticas culturales desarrolladas en la República Oriental del Uruguay desde el Ministerio de Educación y Cultura se ha considerado como de fundamental importancia promover iniciativas tendientes a preservar y difundir el patrimonio nacional.
En este sentido los directores, responsables y agentes que intervienen en los museos de nuestro país estamos desarrollando una serie de acciones que contribuyan a revitalizar y reposicionar los museos en nuestra sociedad.

Para organizar estos propósitos se creó en el año 1996 el Grupo Coordinador de Museos dentro de la División Cultural del Ministerio de Educación y Cultura con los siguientes cometidos.

-Constituirse como escio para recepcionar inquietudes, intercambiar experiencias y proyectar soluciones sobre los problemas de interés común que tienen los museos.
-Buscar crear un ámbito técnico-profesional de respaldo a las gestiones de los museos.

-Incrementar acciones que tengam como objetivo la actualización y desarrollo técnico-profesional de los directores, encargados y personal de los museos.
-Establecer mecanismos idóneos para la circulación de información museística, desarrollo de inventarios y conexión con redes informáticas culturales.

En el curso de tres años de intensa actividad con decidido apoyo de la Dirección de Cultura del M.E.C., este grupo a instrumentado exposiciones itinerantes, asesoramientos sobre aspectos administrativos, museológicos y sobre conservación de bienes culturales en diferentes instituciones del medio que lo han solicitado y estableciendo un Certamen de Proyectos Museológicos.

En la instancia de renovar los objetivos de los museos de nuestro país el Grupo Coordinador se ha propuesto estrechar los vínculos con las instituciones internacionales que actúan en el campo museológico y de conservación para lograr un fluido intercambio de información.
Para su mejor conocimiento anexamos información sobre aspectos generales de nuestro país.

Sin mas y esperando que este sea el primero de una serie de contactos saluda a Ud.
Atte.

Lic. Ingrid Rodriguez Fontes
Ricardo Soria Alonzo
Museo de la Palabra del Servicio
Dirección de Cultura y Turismo
Oficial de Radiotelevisión

Intendencia Mpal. De Lavalleja
Y Espectáculos
Ana Odriozola
Maria Isabel Nedor de Bordoli
Dirección del Museo
Directora del Museo "Luiz A Solari"
Departamental de San José
Fray Bentos, Depto de Rio Negro
Lic. José M. Olivero
Departamento de Estudios Históricos Del Estado Mayor del Ejército.
Anexo: Información sobre la república Oriental del Uruguay
La República Oriental del Uruguay se encuentra ubicada en América del Sur entre los 30 y 35° de latitud y los 53 y 59° de longitud, limitando al Sur por el Rio de la Plata, al Oeste con la República Argentina, al Norte con la República Federativa del Brasil y al Este con el Océano Atlántico.

La población asciende a 3.180.000 habitantes distribuidos sobre una superficie de 176.000 kilómetros cuadrados.
Su capital, Montevideo, principal puerto del país, congrega casi la mitad del total de la población.
Los museos (en el entorno de 130) se encuentran en el ámbito de la administración pública, privada o mixta. Su distribución temática va desde los museos históricos, de bellas artes, ciencias naturales, técnica, de sitios y arqueológicos. (*)
(*) Ministerio de Educación y Cultura - República Oriental del Uruguay.

Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais
Maria Luisa Soares
Caixa Postal 6557
20030-970 Rio de Janeiro - RJ
Prezada Senhora,

A Associação Catarinense de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais fundada em setembro de 1987, foi criada para dignificar e proteger, como órgão de classe, os profissionais conservadores-restauradores de bens culturais.
Temos como um de nossos objetivos cooperar com instituições culturais públicas ou privadas, com colecionadores e outros interessados em planejamento, orientação, consultoria e assistência técnica relativa a trabalhos de conservação-restauração.

Diante do exposto, colocamo-nos a disposição para colaborar com esta entidade no que concerne aos nossos objetivos. Aproveitamos a oportunidade para comunicar que em Assembléia Geral, realizada no dia 14 de julho do corrente, na sede provisória da ACCR, em Florianópolis, foi eleita a diretoria para o biênio 1999/2001. Ficando assim constituída:

- Presidente: Maria das Graças Silva Prudêncio;
- Vice-Presidente: Fátima Regina Althoff;
- 1o. Secretário: Vanilde Rohling Ghizoni;
- 2o. Secretário: Sara Beatriz Dutra e Silva Fermiano;
- 1o. Tesoureiro: Elizete Duarte Pereira;
- 2o. Tesoureiro: Jeferson Antônio Martins;
- Conselho Consultivo: Aldo João Nunes; Cláudia Philippi Sharf; Elizabeth Nunes Pires;
- Conselho Fiscal: Denise Magda Corrêa Thomasi; Leda Maria d'Ávila da Silva Prazeres; Rosilda Deolinda de Farias Fernandes.
Sendo o que se apresenta para o momento, despedimo-nos.
Atenciosamente,
Maria das Graças Silva Prudêncio

Presidente da ACCR.

Buenos Aires, 24 de mayo de 1999.

Tengo el agrado de dirigirme a ustedes como Presidenta de la Sociedad de Investigaciones Bibliotecológicas y Directora de la Revista INFODIVERSIDAD de la misma institución a fin de solicitarles información – sobre la sociedad, si ha realizado o realiza publicaciones – em cuyo caso cuáles son ellas – si realiza cursos, jornadas, si ha realizado congresos anteriores al anunciado para el año 2000. Con respecto a este último desearía se me hiciera llegar, si es posible información sobre su temática y subtemas a considerar. Motiva este pedido mi interés por hacer exonerar la actividad de esa institución y difundir a través de INFODIVERSIDAD la realización del Congreso.

Agradeciendo desde ya la atención que brinde a este pedido los saludo muy atentamente.

Stella Maris Fernández
Rivadavia 6003, 4° 27
(1406) Buenos Aires
Argentina
Telefax: 54 11 4431 3868
E-mail: aparada@filo.uba.ar

ABRACOR

Lisboa, 3 de Novembro de 1999.
Exmos. Senhores,

Tendo em consideração as áreas de intervenção da ABRACOR, a Biblioteca Nacional está a ponderar a possibilidade de se tornar sócio institucional da ABRACOR. Não sabemos, contudo, se isso é possível, ou sobre o assunto muito apreciaríamos obter uma informação: condições, direitos e obrigações.

Aguardando uma resposta vossa, com os melhores cumprimentos,
Maria Luísa Cabral
Directora de Serviços de Aquisições, Processamentos e Conservação. Ministério da Cultura
Biblioteca Nacional
Campo Grande, 83 – 1751 Lisboa Codex

Ficha de Identificação de Obra-de-Arte

Identificação:
Autoria: Paula e Júlio Moraes
Título: "Luíza Tabanez Dias de Moraes"
Assinatura: de ambos os autores (local: toda a extensão da obra)
Data: 25/09/1999.
Depositário: Maternidade Voluntários, São Paulo, S.P.

Características:

A obra possui grandes qualidades estéticas, não sendo necessária expertise para identificá-las.
A execução é em materiais de mais alta qualidade e feita com grande perfeição e técnica.
Cabelo muito preto, em grande quantidade e comprimento, ocorrendo especialmente na parte superior da obra, porém com discretas extensões por outros trechos. Na policromia predominam tons rosados, prevendo-se porém a futura alteração dos pigmentos, normal neste tipo de obra-de-arte.

Os autores assinam outra obra-de-arte muito apreciada por especialistas e público em geral, denominada "Diogo", datada de

1996. O co-autor também tem produção anterior, com duas obras catalogadas sob os títulos "Diana" (1985) e "felipe" (1988).
Estado de Conservação:

A peça foi recebida em perfeitas condições, apresentando tendência a melhorar cada vez mais.

Descrição do Tratamento:

A desembalagem exigiu uma intervenção aprofundada, empregando-se a técnica de cesárea conforme procedimentos e critérios aprovados pela Carta de Veneza, sem interferências nas características originais da obra-de-arte nem da embalagem.
Após a desembalagem a obra permaneceu 4 horas em berço térmico, reagindo ao tratamento.

A conservação preventiva é feita com uma emulsão (composição: caseína, água, gorduras, etc.), mais conhecida como leite materno, produzida em laboratório próprio, tendo-se providenciado também a estocagem de grandes reservas. Os subprodutos deste tratamento são removidos por meio de invólucros especiais (composição:



Expediente

Boletim ABRACOR

Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais

Sede: Rua São José, n°. 50/9º andar sala n°. 5. Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.010-020
Caixa Postal 6557 CEP: 20030-970 Rio de Janeiro RJ Brasil.
Telefax: (0xx21) 533-8090 Ramal 244.

E-Mail: abracor@hotmail.com

Homepage:

<http://cecor.eba.ufmg.br/abracor>

Informações Bancárias:

Banco Itaú S.A. n° 341 - Agência São Clemente n° 0733 C/C n° 376092-4 - Rio de Janeiro - RJ.

Edição:

Dezembro - Janeiro - Fevereiro 1999 - 2000

Tiragem: 1.500 Exemplares

Equipe de Publicação :

Jayme Spinelli Jr; Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares; Leonardo Ciannella; Sérgio Albite

Colaboradores Internacionais:

Katriina Simila (ICRROM - Roma - Itália) • M. Silvio Gorem (Argentina)

Programação Visual; Editoração e Diagramação :

Leonardo Ciannella
E-mail: ciannella@uol.com.br

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores.

Cartas & E-mails

fibras de celulose e polipropileno, filmes de polietileno e polipropileno, adesivos termoplásticos, fios elásticos, gel, (poliacrilato de sodio), mais conhecidos como fraldas descartáveis, e a limpeza fina é finalizada com algodão hidrófilo e H2O.

Observações:

A obra deverá ser removida da reserva técnica para a área de exposição permanente na 4ª feira dia 28/09, permanecendo lá por período não previsto, aguardando-se condições técnicas adequadas para exposições temporárias.

São Paulo, 25 de setembro de 1999.

Técnicos responsáveis: Ana Paula Jacinto Tabanez Dias de Moraes (*)

Júlio Eduardo Corrêa Dias de Moraes.

Associados da ABRACOR.

E_mail: jcrest@uol.com.br

• • •

Ofício circular CONARQ n° 126/99

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1999.

Prezado (a) Senhor (a),

Após minucioso exame de textos dos especialistas convidados e das gravações das apresentações e debates nas sessões de trabalho foi possível produzir o *Documento Final da Mesa Redonda Nacional de Arquivos*, (1) ora divulgado.

Aproveiro a oportunidade para agradecer, mais uma vez, a colaboração de V. S^a e solicitar que os resultados desta importante reunião de trabalho sejam divulgados na área de vossa competência.

Atenciosamente,

Jaime Antunes de Silva

Presidente do CONARQ

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

• • •

Arquivo Nacional, RJ

Informamos que o documento mencionado na carta do CONARQ se encontra a disposição na secretaria da ABRACOR – os interessados podem solicitar cópia pelo telefone (21) 533 8090 ramal 244 com Cida. Cobramos pela referida cópia o valor de R\$ 5,00 (cinco reais), pela xerox e pelo envio via correio, quando assim for o caso.

(2)CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

Arquivo Nacional, RJ

Rua Azeredo Coutinho, 77

200010 Rio de Janeiro – RJ

• • •

Stella Maris Fernández

Presidenta

Sociedad de Investigaciones Bibliotecológicas

Buenos Aires, 01 de novembro de 1999.

Srta. Maria Luisa Soares

Apreciada Maria Luisa:

Acabo de recibir en estos momentos los Anales del IX Congreso, el Caderno de Resumos, 5 ejemplares del Boletim de Set./Out./Nov. de 1999 y la información sobre la Sociedad que preside, remisión que agradezco profundamente. Esta información será utilizada, con indicación de la fuente, en el segundo número de la Revista INFODIVERSIDAD que espero aparezca aproximadamente en febrero del 2000.

Por correo aparte le remitiré el primer número de la revista para que usted la conozca, así como también otra publicación de la Sociedad: " Planes de estudio de las Escuelas de Bibliotecología, Archivología y Museología de Iberoamérica" , de Stella Maris Fernández y Graciela Maria Giuntti, obra que quizás pueda ser de su interés, en tanto en algún plan de estudio de esas escuelas, aparece la disciplina de Conservación y Restauración.

Agradezco el interesante y rico material que me remitió y espero que en el futuro continuemos intercambiando información. Ya a pocos pasos del nuevo milenio aprovecho para desearte un venturoso nuevo año en lo personal y en lo profesional.

Cordialmente,

Stella Maris Fernández

Presidenta

Sociedad de Investigaciones Bibliotecológicas

Av. Rivadavia, 6003, 4o 27

(1406), Buenos Aires, Argentina

Telefax: (54-11) 4431

E-mail: sfernand@filo.uba.ar



DRITTER
PAPÉIS ESPECIAIS

CONSERVAÇÃO & RESTAURAÇÃO

- "PASSE PARTOUT" - Cartão Montado
Canson, Arquati e Rupaco.
- "FOAM BOARD" - Prancha de Espuma
(revestida e não revestida)
- FITAS "ACID-FREE"
Filmoplast, 3M, Double Face.
- CANTONEIRAS "MYLAR"
- FILME POLIESTER CRISTAL
- MÁQUINA DEXTER (abertura de "Passe Partout").
- PAPÉIS
Salto Neutro, Papel Japonês, Papel Alcalino
e Mata-borrão.
- Espátula térmica, Thermopaper, Cutting Mat,
Faca Osborne, Tecido Frankonia, Photo Tabs.

Av. Paris 381 A - Bonsucesso - Cep: 21.641-020 - Rio RJ

Telefax: (21) 590-5640 e 573-8070

e.mail dritter@dritter.com.br

LIVRARIA GAUDÍ LTDA

Tudo para Conservadores-Restauradores !

**Livros exclusivamente de arte - Importados & Nacionais • Mais de 10.000 títulos entre :
Restauração, Antiguidades, Porcelana, Anuários, Decoração, Cerâmica, Manuais,
Mobiliário, Pintura em Geral, Etc. • Tudo para artistas, restauradores, aprendizes,
antiquários, colecionadores, negociantes de arte e interessados no assunto • Atendemos
qualquer pedido sobre livros de arte e Restauração (nacionais e importados)**

Tels.: (0XX11) 881-1010/1877 - Fax.: (0XX11) 853-0793

São Paulo : Rua Augusta, 2872 - Cerqueira César

Rio de Janeiro : Representação (0xx21) 205-3004/9159-0493

**Condições especiais para
associados da ABRACOR**

Artigo Técnico

PRESERVAÇÃO DO COMPLEXO FERROVIÁRIO DE SÃO JOÃO DEL REI

Sergio Santos Morais – Arquiteto

O Complexo Ferroviário de São João Del Rei/Tiradentes pertencia à antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas, uma das poucas ferrovias a vapor que não só conseguiu sobreviver até nossos dias, como também manteve intactos seus aspectos originais. Ela apresenta uma característica que a torna peculiar que é sua bitola de 0,76 m, inferior às demais existentes e, por isto, é conhecida popularmente como "Bitolinha". Até 1983, era a única ainda a operar comercialmente no mundo.

A construção dessa ferrovia partiu da tenacidade da própria população de São João Del Rei, que indignada com a exclusão da cidade do traçado da Estrada de Ferro D. Pedro II, que faria a ligação do Rio de Janeiro ao sertão de Minas, se organizou e conseguiu formar uma empresa, na forma de sociedade anônima. Já com o nome de Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, contou com a participação de toda a população.

A estação de São João Del Rei passou a ser a de maior movimento, por se tratar, na época, de grande pólo comercial. A estrada transportava cal, toucinho, cereais, queijos, sal e produtos manufaturados.

Atualmente, existe ainda trecho de 12 km de linha, entre São João Del Rei e Tiradentes, que funciona para fins turísticos.

A preservação desse conjunto histórico foi iniciada em 1981, com a inauguração do módulo I que consistiu na restauração do conjunto da estação e a instalação do Museu Ferroviário no antigo armazém.

O Complexo Ferroviário de São João Del Rei é um conjunto de prédios, com características e finalidades diversas, onde estão preservados equipamentos, máquinas e componentes da ferrovia em Minas Gerais. Esses elementos, em sua maior parte, foram mantidos de uma forma viva. A data de construção dos prédios lá existentes vai do final do século XIX ao início do XX.

Podemos considerar o Complexo Ferroviário como sendo um museu arquitetônico de caráter especializado, onde encontramos um conjunto de oficinas e máquinas em pleno funcionamento, reproduzindo as atividades ferroviárias do final do século passado e do início deste século. Lá o visitante pode observar o trabalho dos ferroviários junto às antigas máquinas, que são importantes componentes para manutenção da ferrovia ainda em funcionamento.

O pátio possui cerca de 37.000 m², onde encontram-se vários prédios de arquitetura significativa, construídos dentro das tradições ferroviárias de origem européia.

A proposta de preservação visou não só a recuperação sob o ponto de vista arquitetônico. Procurou-se manter a função original do pátio ferroviário, ainda que com algumas interferências, no sentido de tornar mais confortável e atraente uma visita às suas dependências.

A utilização dos prédios remanescentes da antiga ferrovia foi mantida, tanto quanto possível, com suas finalidades originais. Com o funcionamento da ferrovia apenas para fins turísticos, nos fins de semana, alguns prédios foram liberados para novos usos. Procurou-se então atribuir a esses prédios funções de cunho turístico-cultural.

Com relação ao traçado das linhas, os desvios considerados desnecessários foram retirados, criando-se caminhos que viessem a facilitar o trânsito do público. Foram criados também jardins nas áreas livres, procurando-se uma maior integração com os prédios.

O projeto foi dividido nos seguintes módulos:

MÓDULO I - restauração do conjunto da estação e instalação

do Museu Ferroviário.

MÓDULO II - reconstrução da Rotunda

MÓDULO III E IV - restauração do antigo almoxarifado e do armazém, atribuindo-lhes novas funções.

MÓDULO V - restauração das oficinas de manutenção.

MÓDULO VI E VII - restauração e urbanização do pátio ferroviário e recuperação do trecho de 12 km até Tiradentes.

O Complexo Ferroviário de São João Del Rei, bem como o trecho de linha até Tiradentes, foi tombado pelo IPHAN em janeiro de 1987.

O presente trabalho se restringirá apenas a análise dos módulos I e II.

MÓDULO I - Restauração do conjunto da estação e implantação do Museu Ferroviário.

Para instalação do Museu Ferroviário foi escolhido o antigo armazém de cargas.

O projeto procurou preservar ao máximo o caráter original do armazém. Através de prospecções detectou-se vãos de portas e janelas que haviam sido eliminados, restabelecendo-se a simetria nas fachadas. A existência de planta datada de 1944 também foi determinante na restauração do conjunto.

Com relação às intervenções no espaço interno, foi procurada uma linguagem atual no uso de técnicas e tecnologias modernas no projeto museográfico, com o objetivo de assegurar as obras expostas as melhores condições de visibilidade, compreensão e apreciação.

Internamente procurou-se um espaço único que permitisse uma maior flexibilidade. Para isso foram demolidas as paredes divisórias que interceptavam o espaço, fazendo com que o armazém readquirisse seu aspecto de galpão, respeitando a integridade da construção. O telhado foi mantido com as tesouras e telhas aparentes.

O programa estabelecido pre-

via que o tema seria abordado a partir da atuação, a significação e os remanescentes de uma ferrovia centenária. Para que atingisse o público em geral, adultos, crianças e adolescentes, optou-se pela comunicação visual e escrita.

A exposição foi dividida da seguinte forma:

Parte I - área de preparação do visitante, com textos e fotos mostrando o início dos transportes sobre trilhos e o funcionamento de uma ferrovia.

Parte II - área sobre a história da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

Parte III - área para exposição de peças dividida por assuntos: relógios, telefones, telégrafo, material da via permanente, a locomotiva nº 1 e o carro da administração.

Parte IV - a ferrovia moderna. Parte V - área externa para exposição de peças de grande porte.

O espaço único, foi utilizado com a inclusão de elementos estruturais metálicos, em forma de prisma de base triangular, que servem de suporte para os painéis informativos e ao mesmo tempo dividem o espaço, traçando o caminho a ser percorrido pelo visitante. Essas estruturas, devido ao desenho espacial, permitem que a visão do armazém seja mantida.

Os elementos construtivos permaneceram aparentes, funcionando também como informação. Procurou-se tirar partido dessa solução, como por exemplo a parede em tijolos que serviu de fundo para peças em madeira e metal.

Mesas antigas foram utilizadas como bases para peças e bancos de estação foram colocados no circuito para descanso dos visitantes. Em um dos vãos de porta, voltado para o interior da estação, foi colocado o vidro "blindex", permitindo que o visitante possa visualizar

as locomotivas a vapor em movimento.

O sistema de iluminação procurou seguir a proposta de flexibilidade do espaço. Foi construída malha em tubos de ferro galvanizado, formando desenhos em diagonal, para se destacar da estrutura do telhado. Nessa malha foram previstas tomadas para instalação de luminárias, utilizando-se lâmpadas fluorescentes, para iluminação de serviço e "spot lights" para efeitos.

A necessidade de colocação no espaço de 2 peças de grande porte, a locomotiva nº 1 e o carro de administração, determinou mais ou menos sua utilização. Essas peças, pelas suas proporções, não permitiam interferências ao redor, para que se tivesse visão total das mesmas. Aqui usou-se um pouco o recurso da surpresa. O visitante não visualiza logo que entra toda a área. Ele vai tomando contato aos poucos até o impacto final quando a locomotiva nº 1 e o carro ficam totalmente visíveis.

Externamente, na área coberta destinada à exposição de peças de grande porte, foi projetada a plataforma central, facilitando o acesso e visualização dessas peças.

Com relação à estação, foi feita restauração dos elementos deteriorados, uma vez que o prédio mantinha suas características originais preservadas. A estrutura metálica da cobertura da plataforma teve alguns elementos dos frontões substituídos, tomando-se como modelo as partes não danificadas e as telhas foram totalmente substituídas por chapas zincadas.

MÓDULO II - Reconstrução da Rotunda

Rotunda, no contexto ferroviário, é um tipo de oficina destinada à manutenção de locomotivas, carros de passageiros e vagões. Conhecida também como "depósito de locomotivas", possui forma circular, tendo ao centro um dispositivo chamado girador, destinado a permitir a colocação das máquinas no seu interior.

No Brasil foram construídas cerca de 24 rotundas, sendo que atualmente ainda existem 15. Duas dessas rotundas estão localizadas em Minas Gerais, uma em São João Del Rei e outra em

Ribeirão Vermelho. Ambas foram construídas na última década do século XIX e pertenceram à Estrada de Ferro Oeste de Minas.

A rotunda de São João Del Rei está implantada praticamente no centro do pátio ferroviário e se destaca no ambiente onde se encontra, pelas suas características e dimensões. Sua forma a princípio, nos faz lembrar um anfiteatro greco-romano. Sua planta poligonal com 24 lados, está inscrita num círculo de 43 metros de diâmetro. Internamente encontra-se o girador com diâmetro de 6,50 metros e 24 boxes de manutenção.

O sistema construtivo adotado foi o de alvenaria de pedras no embasamento; alvenaria de tijolos maciços nas paredes autoportantes externas e cobertura em telhas francesas, com estrutura de madeira, sustentada por colunas de ferro fundido, apoiadas em pedestais de pedra lavrada.

O espaço interno é contínuo, apenas limitado pela disposição das colunas que obedecem um desenho simétrico modular.

O telhado em 2 águas, com lanternins e venezianas, acompanha o formato poligonal do prédio. Sua execução é difícil, exigindo que as telhas sejam cortadas uma a uma na interseção de cada plano que o compõe.

O prédio foi semi-destruído em 1977, quando sua parte interna foi totalmente desmontada e retirada. As paredes externas foram mantidas ainda com boa parte do revestimento, deixando antever os relevos das fachadas, além de apresentarem indicações sobre diversos elementos retirados da construção. Permaneceram também o girador, as linhas, alguns pedestais de pedra e as valas de inspeção. Todo o material retirado foi provavelmente vendido como sucata.

A decisão de se reconstruir a rotunda baseou-se no critério de que, no contexto onde se localiza, é de extrema importância para o equilíbrio do conjunto arquitetônico, além da tipologia peculiar da edificação e de sua utilização de grande necessidade para o programa estabelecido. A rotunda foi reconstruída nos anos de 1983 e 1984, para

abrigar parte do material rodante remanescente da Estrada de Ferro Oeste de Minas e outras ferrovias mineiras, como extensão do Museu Ferroviário.

A pesquisa documental não nos forneceu muitas informações a respeito da construção da rotunda. Em alguns relatórios da antiga ferrovia constam informações a respeito de fases construtivas, com referências a valores e materiais gastos. Não existem quaisquer referências a autores do projeto ou a construtores. Com relação à pesquisa iconográfica, conseguiu-se 3 fotos: uma de 1912 que mostra o interior do prédio, outra de 1920 mostrando a parte externa e por fim uma de 1961, também da parte interna. Foi localizado também um levantamento realizado em 1947, por desenhista da ferrovia.

O trabalho de reconstrução baseou-se nessa documentação e nos elementos encontrados no local.

O aspecto exterior da rotunda, apesar de bastante deteriorado, permitiu que a fachada fosse recomposta de acordo com seu aspecto original. A alvenaria de tijolos estava praticamente intacta, com exceção dos locais onde foram retirados os condutores de águas pluviais embutidos na parte externa, as grades e os portões. Os relevos das molduras das janelas e portões, as cimalthas, platibandas e frontões foram reconstruídos.

Com relação às esquadrias de madeira, foram refeitas a partir do pedaço de arco de bandeira encontrado, com base nas fotografias e em modelos semelhantes de outros prédios construídos no período. O mesmo princípio aplicou-se para os gradis das janelas e portões.

A parte interna foi totalmente refeita, adotando-se o mesmo processo construtivo, mas sem o rigor de uma restauração, uma vez que faltavam elementos suficientes. Reconstituiu-se o volume do telhado, em telhas de barro do tipo francesa, formando lanternins com venezianas de proteção e estrutura de madeira, elementos usados no projeto original. Quanto as colunas de sustentação do telhado, foram utilizadas antigas colunas pertencentes à plataforma da

estação da Central do Brasil em Belo Horizonte. A opção se deu pelo fato de não ter sido encontrado nenhum exemplar das colunas originais e dos elementos fotográficos não fornecerem informações suficientes para uma reconstituição exata. A disponibilidade das referidas colunas nos permitiu também uma redução considerável nos custos da obra.

O girador de locomotivas foi reaproveitado e foram mantidas apenas duas das valas de inspeção, devidamente alargadas, para permitir que o visitante visualize a parte inferior das peças em exposição.

A utilização da rotunda como área de exposição nos obrigou a embutir os trilhos no piso cimentado, para facilitar a passagem do público e a prever uma iluminação adequada, com a instalação de luminárias em ferro esmaltado do tipo industrial.

Rio de Janeiro, outubro de 1998.

Sergio Santos Morais
Arquiteto

Maiores Informações:

Sérgio Santos Morais – arquiteto, formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolveu diversos trabalhos na área da preservação do patrimônio histórico ferroviário na Rede Ferroviária Federal S/A. Dentre os trabalhos realizados destacam-se a implantação de 12 museus ferroviários em várias regiões do país e dos Centros Ferroviários de Cultura, onde antigas estações desativadas, geralmente localizadas em cidades do interior, foram adaptadas para utilização cultural. O Museu ferroviário de São João Del Rei, implantado entre 1981 e 1984, é um de seus projetos mais importantes. Desenvolveu, ainda, inúmeras pesquisas voltadas para sua área de atuação e publicou o Manual de Preservação de Edificações Ferroviárias Antigas, para utilização interna da Empresa.

IX CONGRESSO DA ABRACOR Salvador - outubro de 1998.
PRESERVAÇÃO DO COMPLEXO FERROVIÁRIO DE SÃO JOÃO DEL REI

Rede Ferroviária Federal S. A. - Praça Procópio Ferreira, 86, sala 650 - Rio de Janeiro - RJ - Cep - 20.224-900 - Tel. (0xx21) 2912185 - Ramais-2269 e 2270 - Fax. (0xx21) 2338322

Artigo Técnico

DA TEORIA À PRÁTICA NA CONSERVAÇÃO E NO RESTAURO

Mário Mendonça de Oliveira

Não há o que contestar no exercício do **método**, que é a tramontana de toda a atividade de conservação: os primeiros passos são dados através da **reflexão**. Para que este momento seja conseqüente e possa trazer à atividade de preservação da nossa memória frutos verdadeiros, também é incontestado que o operador deve estar preparado e fundamentado em uma teoria sólida, que se sedimentou na cultura do seu tempo e da sua vivência, sem perder de vista a perspectiva crítica do que fizeram os nossos antepassados, diante do complexo problema da conservação. Esta **reflexão** passa, também, pelo conhecimento da realidade econômica e social da comunidade à qual nos propusemos servir, através do nosso trabalho e, por que não também dizer, pelo conhecimento de nós mesmos, analisando as nossas virtudes e limitação e a nossa capacidade técnica de enfrentar o problema que nos é proposto.

É bom que se diga, porém, que dar os primeiros passos, simplesmente, não nos leva a lugar nenhum e tem que se saber passar da reflexão à ação, do *cogitatio* para o *facere*, sem o que não estaremos, realmente, conduzindo para uma solução o problema que nos foi colocado. Se não passarmos da **reflexão**, de prático estaremos somente chegando à conclusão de que **existimos**, dentro da sabedoria cartesiana. Nesta passagem, que se nos afigura de difícil transição, pois pode até parecer-nos um abismo intransponível, nossa fundamentação teórico-crítica terá que ser o nosso apoio mas não pode, e não deve, se constituir em amarras, formando

um cipoal de dogmas oriundo de fundamentos mal digeridos, a inibir a nossa iniciativa e impedir-nos de cruzar este rio, às vezes profundo, que separa a teoria da prática. Como companheiros inseparáveis nesta travessia somente a nossa formação humanística, o bom senso, a prudência e a preparação científica e técnica, que nos permitirão discernir com clareza o **que fazer** e, principalmente, o **como fazer**. Entre o laboratório e o ateliê ou o canteiro também existe um espaço a ser atravessado, mesmo que menor.

Quando se fala em prudência nunca se pode esquecer o pensamento lapidar que nos legou Sanpaolesi, no momento em que reflete sobre as ferramentas que devem fazer parte da formação mental de um restaurador: *Mas especialista de que coisa? Em história do edifício? Sim, mas não nos qualifica para colocar as mãos sobre ele. Em técnica murária, em tratamento das pedras? Sim, também, mas não é suficiente ainda. Em estrutura dos muros, em tecnologia do restauro, dos afrescos ou dos painéis e telas? Sim, mas não basta ainda; e então? Então necessita ser ou tornar-se especialista em **prudência, em cautela de palavras e de obras, em cautela de relações humanas, também isto sim, mas conjuntamente experto em tomadas de consciência corajosas de afirmação da própria liberdade e da liberdade alheia**¹. Há que se convir, também, que esta **coragem** é um ingrediente fundamental no processo da intervenção. Não uma ousadia irresponsável de quem se lança ao espaço de maneira inseqüente, mas estribado na boa qualificação cultural, técnica e científica, que faz um bom restaurador. Isto nos deixará tranquilos diante de nós mesmos, a quem devemos prestar contas em primeira instância do que fazemos, tendo a certeza que ao intervirmos, respeitamos a comunidade para a qual fomos chamados a servir e que o fizemos, da melhor maneira possível, dentro das possibilidades técnicas que estavam à nossa disposição ou que foram produzidas pela nossa criatividade. Nesta avaliação de resultados devemos estar conscientes de que, por mais paradoxal que pareça, a intervenção restaurativa é um mal e que nós participamos deste processo com a consciência de que evitamos, simplesmente, um mal maior. Ora, para que as nossas observações tenham validade, dentro da crença que acabamos de declarar, faz-se necessário descer da torre de marfim dos princípios e pisar no chão de fatos concretos, que nos permitam reavaliar as nossas reflexões. Em primeiro lugar seria necessário chamar a atenção para a sabedoria do velho jargão da conservação do *casus ad casum* – cada caso é um caso – que faz do processo da conservação uma coisa pouco dogmática, ao contrário do que muita gente pensa e até mesmo fala. Veja-se, por exemplo, a velha carta de Veneza. Nela, o que para uns é **fraqueza**, considerando-a permissiva, para nós é **virtude**. O tão famoso documento que marcou, pelo menos no Brasil, o limiar de uma nova era na cultura da conservação/restauração, malgrado as inovações e aportes trazidos por tantos outros textos que vieram subsidiar a salvaguarda da nossa memória, ainda conser-*

va muito da sua validade. Isto se deve ao fato de que, tendo como signatários representantes de várias partes do mundo, só poderia ser aceita se apresentasse pontos consensuais, e deixasse abertura para as adequações às realidades específicas de cada nação e, dentro delas, de cada região e de cada comunidade. Em resumo, foi um documento inteligente, tinha e tem a correta flexibilidade que a boa dialética nos traz para a nossa maneira de pensar, argumentar e agir.

Ouve-se amiúde dizer, principalmente por quem não se envolve operativamente no processo da conservação, que isto ou aquilo não pode, **absolutamente**, ser feito. Em primeiro lugar a palavra **absolutamente** só deve existir como uma forma de expressão, como um reforço de retórica. Na verdade, tudo é relativo e só existe como absoluto a própria relatividade, e isto vale até quando se jogue abaixo o pensamento de Einstein. Observe-se que as pessoas prudentes que refletem sobre conservação dizem sempre **não se recomenda**, ou **não se aconselha**.

Tomemos como exemplo concreto da nossa argumentação o pensamento brandiano que é, ainda, uma referência no contexto da conservação. Observe-se, porém, que a sua ótica coloca a **instância estética** como o carro chefe da conservação, seguida à distância pela instância histórica. Isto pode ser até válido, dentro da cultura italiana da qual Brandi era um legítimo representante. Este conceito limitado da conservação da memória, por muito tempo também predominou entre nós, consi-

derando temas menores os que se referem a outras formas de restauração como a do papel quando não é suporte de iconografias de valor artístico, dos utensílios simplórios de caráter utilitário, da fotografia documental, das manifestações da cultura popular das comunidades, das habilidades do fazer e assim por diante. Somos de opinião, porém, que as instâncias da restauração, entre nós, podem assumir outras condicionantes, como a forte componente social, que para o nosso povo sofrido deve ser marcante. O valor do "estético" é das coisas mais relativas e o valor de um artefato cultural pode sofrer na sua estimativa uma carga enorme de valores sentimentais, simbólicos e afetivos que transcendem o valor estético em si. Será que algum de nós ousaria, no exercício da nossa atividade de conservador e restaurador, tratar com a mesma frieza intelectual, o tema da restauração de uma imagem danificada severamente por acidente, que vai fazer parte do acervo de um museu, e aquela que é objeto de culto de uma pequena comunidade e que representa a figura do seu padroeiro e polarizadora da sua devoção? Observe-se pois que, na prática, certas instâncias da valorização do bem cultural podem assumir maior ou menor força a depender das circunstâncias e da comunidade a que pertence, ou seja, é relativo.

Compete-nos, pois, respeitarmos certos princípios gerais (não dogmas), que nos foram legados pela cultura restaurativa do nosso tempo, colaborar com o nosso trabalho para a preservação da memória, respeitando não somente a nossa formação intelectual, mas as solicitações afetivas e sentimentais e as possibilidades econômicas da comunidade para a qual fomos chamados a colaborar.

Seria ainda bom, já que estamos matutando sobre coisas de conservação, fechando as nossas reflexões sobre a relatividade das coisas e o con-

fronto entre teoria e prática, trazer à baila conceitos que, às vezes assumem aspectos incendiários e que Deus nos livre da tentação de estarmos dando a palavra final sobre o assunto, mas sim a guisa de provocação: pátina, reversibilidade e conservação da matéria primitiva.

Não carece qualquer dúvida que nenhum restaurador qualificado, de sã consciência, ao intervir sobre qualquer artefato de valor cultural, vai querer eliminar a pátina, que costumamos qualificar de *inefável*, de um objeto sobre o qual está pretendendo fazer uma operação de conservação e/ou restauração. Tal preocupação, entretanto, não pode se constituir em verdadeira paranóia no exercício prático da nossa atividade. Se é verdade que *a pátina pode conceber-se como a própria sedimentação do tempo sobre a obra*², não poderíamos, entretanto, parar por aí nas nossas considerações, porque o aprofundamento do conhecimento atual das componentes científicas do restauro, obrigar-nos-iam a acrescentar ao conceito anterior a expressão: *quando o objeto está submetido a uma atmosfera livre de poluentes* o que, diga-se de passagem, é muito raro. Por elementos poluentes da atmosfera deve-se entender, qualquer alteração de componentes químicos gasosos ou presença de particulados que modifiquem a composição básica da massa gasosa do ar que nos rodeia. Estes ingredientes estranhos podem, pois, e geralmente o fazem, ocasionar a formação de sujeira, danosa à conservação dos objetos, com a qual não se pode ter a mínima consideração. Em geral é possível removê-la conservando-se a pátina, mas quando a situação se nos afigura mais drástica, não nos parece difícil posicionarmos-nos diante do dilema de **conservar o objeto** ou a pátina. Dai se nos afigura um *non sense* falar em pátina biológica, embora seja, certamente, produto da passagem do tempo.

O mesmo acontece com a fa-

mosa **reversibilidade** da intervenção da qual ninguém discorda. Acontece que, na prática, principalmente quando o tema é a conservação do edifício o conceito é de pouca aplicabilidade. Quem poderia arrancar do reforço de uma fundação ou de um muro em processo de esmagamento o material que lhe for injetado? Até mesmo as resinas acrílicas teoricamente solúveis, se forem aplicadas convenientemente em profundidade, como convém à boa consolidação, dificilmente poderão ser removidas, a não ser superficialmente. Aliás isto é mais do que ocioso repetir numa comunidade de especialistas.

O conceito final sobre o qual estamos nos propondo a matutar vem a propósito de duas coisas. Uma é este extraordinário convento de S. Francisco e sua extraordinária azulejaria e outra de uma conversa com Torraca, profissional por quem tenho o maior respeito. Falávamos sobre a necessidade de se fazer um seminário sobre restauro e conservação dos azulejos e de como seria de grande importância para nós. Nesta altura falou sobre o trabalho que estava desenvolvendo em S. Clara e Nápoles e dos problemas da capilaridade ascendente que estava danificando o vitrificado da azulejaria. Falamos sobre a técnica que alguns de nós e muitos portugueses usam de retirar os azulejos e tratá-los, para aplicá-lo sobre um substrato impermeável recompondo o primitivo painel. Ele fez um ar de riso como dando a *entender como é que vão me deixar fazer isto aqui!* Convenhamos que é ortodoxia demais. Claro está que se deve fazer todo esforço para conservar os materiais originais mas entre o reboco de substrato e o azulejo a escolha fica fácil. Nem mesmo Brandi no rigor do seu pensamento crítico negou: *No caso de que as condições da obra de arte se revelem de tal maneira que exijam o sacrifício de uma parte daquela consistência material, tal sacrifício, ou em geral a intervenção, deverá ser levada a cabo segundo a exigência da instância estética*.³ Ora o que conspira contra a

unidade da obra de arte é o desprendimento do esmalte. O suporte é o biscoito e a argamassa de assentamento passa a ser o substrato do substrato. Não compreendemos pois como se tem tanta cerimônia com a argamassa de assentamento quando se trata de salvar a azulejaria como obra de arte que é porque, em geral, estes tratamentos cosméticos que se fazem não servem absolutamente para nada e na maioria das vezes piora a situação.

Mas achamos que já se tem coisa para matutar o resto da vida. Obrigado.

¹ Gurrieri, Francesco. Piero Sanpaolesi, il Restauro come Scienza. In Piero Sanpaolesi – Il restauro dai principi alle tecniche. Firenze: VI Assemblea Geral do ICOMOS, 1981. p. 12

² Brandi, Cesare. Teoria de la restauración. Trad. Maria Angeles Toajas Roger. Madrid: Alianza Editorial. 1996 p. 33.

³ Brandi, op. cit p.16

Maiores Informações:

Mário Mendonça de Oliveira – arquiteto, especialista em restauração dos bens culturais pela Università degli Studi di Firenze, tendo feito os cursos sobre Conservação da Pedra, em Veneza, promovido pelo ICCROM/UNESCO e Fotogrametria e Fotointerpretação na Facoltà di Ingegneria della Università di Firenze. Foi professor concursado de História da Arquitetura durante 32 anos na UFBA – Universidade Federal da Bahia. Atualmente, é responsável pelas disciplinas Tecnologia da Restauração I e II e Leitura e Documentação dos Monumentos no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA e no CECRE, cursos internacionais em conservação e restauração de monumentos e centros históricos, promovidos pelo PNUD/UNESCO e pelo IPHAN – Inst. Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na UFBA. Criador e coordenador do NTPR – Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração, do IPHAN, que funciona em colaboração com a UFBA na Escola Politécnica. Pesquisador bolsista do CNPq na categoria 1-º Consultor ad-hoc de diversas fundações no Brasil na área de ciência e tecnologia dos materiais e conservação/restauração.
Endereço: Rua Alberto Silva, 108 – Ed. Praia da Pituba/1001 – Itaipara, Salvador – BA, 41.840-020 Brasil. Tel: (0055) (71) 235 1911 – fax: (71) 359 2637. E-mail: <mmo@ufba.br>

PROGRAMA MONUMENTA – UMA PROPOSTA INOVADORA

Joailce Maria Monte de Azevedo

O Brasil é um país de múltiplas carências, que agravam pela dimensão de seu território e de suas desigualdades sociais e regionais. Os investimentos realizados pulverizam-se e, por maiores que sejam, parecem insuficientes diante da demanda crescente,

Os investimentos em cultura seguem a mesma sorte. Requerem austeridade e inovação no uso de recursos, de forma a permitir o seu máximo aproveitamento.

Uma das grandes dificuldades a superar, dentro dessa ótica, é a introdução do conceito, reconhecido pela sociedade, de patrimônio como valor histórico, social e econômico. Deve a população dele se apropriar gradualmente e tomar a seu cargo a sua perenização.

Conquanto se tenha ampliado a consciência de que será necessária conjugação de esforços com os setores públicos envolvidos e com os organismos internacionais de apoio à cultura, ainda há um longo caminho a percorrer.

A legislação Federal de incentivo à cultura conta com dois poderosos mecanismos de captação de recursos privados para o apoio às atividades culturais: a Lei nº 8.313/91 (Lei Federal de Incentivo à Cultura) e a Lei nº 8.685/93 (Lei do Audiovisual). Por meio de-

las o governo federal abre mão da arrecadação de parte do imposto devido empresas ou pessoas físicas, em benefício da aplicação desses recursos em projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura.

Busca-se por outro lado, a parceria da iniciativa privada pela divulgação da Lei de Incentivo à Cultura entre empresários e a comunidade cultural e pela articulação com estados e municípios no que respeita à legislação sobre a matéria.

O Ministério da Cultura está elaborando, presentemente, um importante programa de recuperação de sítios urbanos históricos, que receberá financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – O Programa MONUMENTA.

Propõe-se um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano, de forma inovadora, estando presentes, desde a sua elaboração, os setores públicos e privado, a população, as universidades, as entidades de classe, com o objetivo de assegurar a integração desse patrimônio no cotidiano dos brasileiros. Uma nova maneira de lidar com um problema é sempre tarefa delicada. O melhor uso dos recursos disponíveis, a ampliação de cada um para com a sua arte e sua história, a diminuição da inter-

venção unilateral do Estado, a capacidade de encontrar, dentro das limitações existentes, uma adequada forma para que as metas sejam alcançadas, exigem o esforço e a cooperação dos melhores especialistas, brasileiros ou estrangeiros, que se puder recrutar.

O envolvimento de técnicos capacitados em diversas áreas de atuação no âmbito do programa, a implantação de um adequado sistema de gerência, também dotado de recursos materiais mínimos, são requisitos para o sucesso do programa, nesta fase em que se pretende implantá-lo em sete cidades brasileiras, bem como para sua replicação posterior. Espera-se que, ao final do programa, a população alvo se tenha apropriado do seu patrimônio cultural e artístico e que resultados sejam visíveis para toda a população brasileira. Com sua implantação, o Ministério da Cultura terá recursos humanos e materiais para apoiar os beneficiários na conservação dos investimentos realizados e participar ativamente de novos investimentos em outras áreas.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN poderá então contar com especialistas nas áreas de gerência de projetos e com técnicos de recuperação de patrimônio,

em números adequados e devidamente treinados, que possam transferir conhecimentos, no decorrer do desenvolvimento do projeto, não somente na área federal mas também estadual e municipal.

Os estados e municípios em cujas áreas situam-se projetos específicos estarão melhor capacitados para instituir um sistema de gerência e aperfeiçoar seus quadros, como resultado do acompanhamento compartilhado da execução dos projetos e de transferência dos especialistas contratados para o programa.

As áreas ligadas à cultura serão beneficiadas, na medida em que se pretende desenvolver um sentimento de valorização da cultura local e divulgá-la a nível nacional.

Também será favorecido pelo programa o setor produtivo de cada cidade envolvida, uma vez que um dos objetivos é a dinamização das cidades tendo agente a recuperação do patrimônio histórico e artístico.

Sendo o programa participativo, a grande beneficiária é a população das cidades onde se desenvolverão os projetos específicos e, em um segundo tempo, toda a população brasileira. O compartilhamento das decisões no processo de elaboração, a divulgação sistemática durante a exe-

cução e as campanhas de esclarecimento que serão realizadas durante a implementação permitirão que a população atribua ao patrimônio de sua cidade a dimensão exata de seu valor intrínseco, passando a apropriá-lo como seu e garantindo a sua perenidade.

Uma das estratégias do programa é a parceria com o setor privado, como forma de tornar o projeto auto-sustentável.

Dentre os requisitos para assegurar que o projeto tenha sustentabilidade, isto é, que a manutenção dos investimentos esteja assegurada após sua conclusão, está a criação de um fundo contábil específico para cada projeto, que receberá recursos provenientes de receitas derivadas, direta ou indiretamente, do projeto.

A criação do fundo, nos termos do que dispõe a Constituição Brasileira, só poderá efetivar-se por lei específica, estadual ou municipal.

Podem ser destinados recursos orçamentários ao fundo, uma vez que se pressupõe, com a execução dos investimentos previstos no projeto, o aumento da arrecadação tributária. Não se trata de vincular receitas tributárias, o que é vedado, mas partindo de uma projeção de aumento de receita, fazer-se incluir no orçamento uma dotação específica para o fundo, de forma progressivamente crescente, na medida do aumento das receitas tributárias.

Outras receitas financeiras, de natureza não tributárias, tais como bilheterias,

remuneração de concessões e cessões de uso, etc. poderiam ser destinadas ao fundo.

Deve ser assegurado que os beneficiários diretos e indiretos do projeto participem do fundo, aportando recursos e estando representados na sua administração. Essa participação se efetiva mediante assinatura de convênios com associações de classe.

Também a sociedade civil, as universidades e outras entidades ligadas à preservação do patrimônio cultural deverão ser estimuladas a contribuir e fazer-se representar no fundo.

O primeiro passo do programa foi a identificação dos sítios, em que se levou em conta a situação presente (problemas, intervenções em curso na área e as que se pretendiam fazer), a capacidade administrativa e financeira do município e dados fiscais e financeiros.

Os objetivos principais foram traçados: preservação sustentável do patrimônio cultural objeto dos investimentos; desenvolvimento de modelos de recuperação de patrimônio que poderiam ser replicados em outras áreas não incluídas no projeto; o maior uso cultural, e econômico do patrimônio histórico-cultural.

Para consecução desses objetivos, os projetos das cidades incluídas no programa compõem-se:

- reparação de emergência;
- recuperação de monumentos;
- recuperação de espaço público da área tombada;

-aportes para incentivar restaurações privadas;

-infra-estrutura relacionada com o local;

-implantação de oficinas-escolas;

-fortalecimento institucional.

A viabilidade do projeto é verificada tomando-se em consideração a viabilidade técnica; a viabilidade institucional, implicando a existência de adequadas equipes dedicadas ao projeto e de suporte legal para a sua implementação; a viabilidade econômico-financeira demonstrada, não só pela possibilidade de aportar recursos, como também por ações propostas com o objetivo de sanar as dificuldades de arrecadação de receitas relacionadas com componentes do projeto; os benefícios que advirão da execução do projeto; e os riscos decorrentes da análise de sustentabilidade do projeto.

O programa, com todas as suas características, é pioneiro, tanto para o Brasil como para o BID. Este último teve uma experiência na cidade de Quito, mas tanto as características daquele projeto, que se destinava a uma cidade única, quanto às condições especialíssimas em que foi concebido, em vista do terremoto que ocorrera naquela cidade, não permitiram a sua simples replicação. Em razão disso e das dificuldades antes apontadas, a elaboração e a negociação do programa com o BID se realizaram em ritmo lento, estando agora em fase de finalização. Cada passo era um novo passo para as partes envolvidas e as variá-

veis, muitas.

Há ainda a considerar que a parceria do setor público com o setor privado em questões que envolvem nossa identidade cultural, por ser inovadora, é olhada com ceticismo.

Com essas dificuldades, no entanto, têm tido uma função enriquecedora para os diversos segmentos envolvidos, na medida em que ficou evidenciado que a questão da conservação do patrimônio histórico do País não é uma questão isolada, mas está firmemente entrelaçada com outras dificuldades de natureza institucional e política. Ao mesmo tempo, encarada no contexto dessas dificuldades, verificou-se que deve ser tratada, em maior ou menor grau de forma integrada com outras atividades privadas e públicas e, mais ainda, ser indutora de desenvolvimento social e econômico.

Maiores Informações:

Joilce Maria Monte de Azevedo - Advogada, formada pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Procuradora da Fazenda Nacional, por concurso público, exerceu dentre outros, o cargo de Consultora para assuntos jurídicos e institucionais do Ministério da Cultura para o Programa de Recuperação do Patrimônio Histórico e Artístico dos Centros Urbanos.

Ministério da Cultura
Programa Monumenta/BID
UGG - Unidade Central de Gerenciamento
Arquiteto Pedro Taddei Neto - Coordenador
Esplanada dos Ministérios, bloco B/sala 314
70068-900 Brasília - DF
Tel: (0xx) (61) 316 2196/316 2197
E-mail: ptaddi@minc.gov.br

**FAÇA A DIFERENÇA !
ANUNCIE AQUI ! (0XX21)533-8090 r.244**

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO ORIENTADA pelo PRÓPRIO PROJETO DO MORRO DA CONCEIÇÃO

*Márcia Frota Sigaud

O Programa proRIO e o Projeto do Morro da Conceição

O Projeto do Morro da Conceição é um projeto piloto do Programa de Recuperação Orientada (proRIO), recém instituído pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em desenvolvimento pela Diretoria de Urbanismo do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, a cargo da arquiteta Ana Petrik.

O proRIO configura-se como um programa de requalificação de áreas ou setores da cidade que possuem especificidades locais destacáveis e se encontram em processo de degradação.

Um dos princípios básicos do programa é adotar uma abordagem interdisciplinar, de forma a considerar o espaço na sua dimensão complexa: física, simbólica, social, econômica, legal e histórica. Esta perspectiva implica a articulação dos diversos programas do governo municipal e um conjunto de ações a serem implementadas, complementares à sua gestão, que se tornam imprescindíveis para o sucesso do programa.

O Morro da Conceição, um remanescente dos quatro morros que delimitavam o centro originário da cidade, foi escolhido como projeto piloto devido à sua importância histórica, tendo sido um representativo marco de defesa da cidade.

Localizado na área portuária, inserido no centro de negócios da cidade, o Morro da Conceição é uma área residencial que resistiu às intenções de sucessivos planos urbanísticos que desestimularam o uso de

moradia no centro.

O planejamento urbano clássico, fundamentado na estruturação do espaço urbano em grandes zonas monofuncionais, se tornou incapaz de absorver e de se adaptar às transformações e demandas geradas pelo próprio fenômeno urbano. O abandono e a ociosidade de grande parte das instalações portuárias, após a transferência do porto para fora da região central por exigência do funcionamento moderno, é um exemplo de entropia urbana ocasionada por esta inaptidão.

O processo de esvaziamento residencial no centro, de deterioração dos espaços públicos, de subutilização ou abandono de áreas e edificações, impuseram uma redefinição de estratégias: conter esse processo, invertendo sua lógica, vem sendo a preocupação das duas últimas gestões do governo municipal.

A flexibilização da legislação urbanística no Centro, bem como os novos projetos executados e previstos para a área (aí incluído o Morro da Conceição), têm como finalidade estimular o uso diferenciado, atrair os investimentos e a instalação de empresas, dinamizar a área do porto e cercanias, reformulando suas ambiências e garantindo a permanência daqueles que nele haviam se estabelecido.

Inserindo-se nesta estratégia, o proRIO Morro da Conceição tem como objetivo principal reabilitar o patrimônio arquitetônico — onde coexistem monumentos tombados pelos órgãos de patrimônio e um rico conjunto vernacular — garan-

tando, paralelamente, a permanência de sua população no local.

O Projeto de reabilitação de setor histórico e o Morro da Conceição

A questão de fundo dos projetos de reabilitação encontra-se na preocupação em habilitar espaços concebidos em outra época (com costumes, hábitos sociais, técnicas e materiais construtivos diferentes) à realidade e aos padrões de exigência quanto ao conforto e à habitabilidade contemporâneos. No entanto, é importante frisar que esta habilitação dos espaços concebidos dentro de uma outra lógica social não pode desconsiderar as características originais destes espaços. Por mais que sejam introduzidos elementos novos, estes devem representar uma continuidade na lógica de evolução do processo original.

Com esta perspectiva, a Prefeitura atuará diretamente na requalificação dos espaços públicos induzindo, indiretamente, através de um efeito demonstrativo, a recuperação dos imóveis particulares.

Para o desenvolvimento deste projeto, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro firmou um acordo de Cooperação Técnica com o Governo Francês, de três anos, que conta com a participação de especialistas em patrimônio.

Paralelamente aos projetos dos espaços públicos e visando incentivar a recuperação dos imóveis particulares, estão sendo estudadas linhas de crédito habitacional em conjunto com a Caixa Econômica Federal, parceira da PCRJ neste

projeto, uma vez que se trata de área de residência popular em setor histórico da cidade. A população conta também com um escritório técnico, instalado no local, que a orientará nessa recuperação.

Quanto ao enfoque social do projeto, ele abrange desde a educação ambiental, sensibilizando a população local, quanto a importância da conservação do patrimônio, até a motivação do empresariado com vistas à capacitação de mão de obra especializada na recuperação, reforma ou manutenção de prédios com valor histórico.

Estas duas vertentes do projeto, intervenção nas áreas públicas e incentivo de recuperação do parque privado, devem-se às análises das documentações históricas que fundamentaram o conhecimento dos princípios determinantes do processo de ocupação.

Neste sentido, pode-se afirmar que estão previstas intervenções de diferentes níveis: do tipo restauração quando constatado o valor supremo da edificação; do tipo recuperação quando a edificação for um exemplar coerente com a imagem do Morro; e finalmente do tipo novas intervenções quando tratarem-se de espaços a serem valorizados.

A revitalização dos espaços públicos compreenderá um conjunto de ações que inclui o patrimônio histórico, o tratamento paisagístico e a implantação de mobiliário urbano, a redefinição do uso de alguns vazios urbanos (residencial, comercial, público etc), a revisão da legislação urbanística, e o aproveitamen-

to do potencial turístico do Morro da Conceição, inserindo-o na programação turística da cidade.

O Morro da Conceição e a cidade: um breve histórico

A ocupação do morro teve início com a construção da Ermida da Conceição ainda na primeira metade do século XVII. No início do século XVIII, o arcebispo do Rio de Janeiro instala sua moradia nesta Ermida, que transforma-se em Palácio Episcopal.

Nesta mesma época, outra capela foi construída na franja da vertente norte e voltada para o mar, na localidade da Prainha, atual Igreja São Francisco da Prainha.

Após duas invasões francesas no período entre 1710 e 1711 (Du Clerc e Trouin), a Coroa portuguesa decidiu construir uma fortaleza no morro, concluída em poucos anos. A localização do morro em relação à cidade atribuiu-lhe uma função de defesa dada a sua posição estratégica.

O Palácio Episcopal, a Fortaleza da Conceição e a Igreja de São Francisco da Prainha, foram então os três elementos indutores da ocupação do morro e, portanto, três pontos fortes. São eles os três monumentos históricos com valor individual protegidos por tombamento federal na área do morro.

Apesar destes três elementos de indução à ocupação, o difícil acesso ao litoral norte permitiu que a área se mantivesse ocupada apenas por chácaras durante todo o decorrer do século XVIII. A sua ocupação definitiva só aconteceria mesmo no século XIX.

Com a chegada da família real, no início do século XIX, surgiu a necessidade de expansão da cidade e a área do morro teve sua condição de periferia da cidade reforçada, abrigando outros equipamentos indesejados. Durante o processo de desenvolvimento da cidade ao longo de todo o século XIX, as antigas ati-

dades econômicas foram substituídas nesta área, seja depósito de escravos por fundições, serralherias, estaleiros, seja por moradias de caráter popular. Neste caso, em geral, os operários eram atraídos pela proximidade à área central, surgindo então inúmeros cortiços e estalagens nesta região.

A dificuldade de moradia na área central tornou o morro mais procurado, dando-lhe sua característica residencial que permanece até os dias atuais.

As obras urbanas do século XX, como a construção do novo porto, o acréscimo mediante aterro de extensas áreas planas junto ao sopé do morro, as grandes vias e elevados construídos, o foram afastando do litoral e rompendo com a contiguidade do tecido urbano desta área. De certa forma, este isolamento do morro permitiu a preservação da imagem do passado.

Metodologia

Para atender aos objetivos desejados, busca-se aprofundar o conhecimento do processo de constituição da estrutura urbana do morro, de forma a tornar possível a indicação de parâmetros e diretrizes de projeto de recuperação do setor histórico. Entende-se que estes parâmetros devam respeitar a lógica de ocupação local e de transformação urbana, de forma que as intervenções propostas representem a continuidade deste processo desencadeado no passado.

Além de extensa pesquisa histórica, fundiária, imobiliária, arquitetônica e sócio-econômica na etapa pré-operacional do trabalho, o projeto terá interfaces de alcance social em sua fase operacional, tais como a educação ambiental sensibilizando a população quanto ao seu patrimônio ou a participação do empresário no programa de capacitação profissional de mão-de-obra especializada na recuperação, reforma ou manutenção de prédios com valor histórico.

O resultado desta perspectiva implica em uma recuperação uniforme do conjunto existente com as novas intervenções. Para tanto estão sendo desenvolvidas as seguintes etapas:

Pré-Operacional

- 1) Pesquisa histórica e arquivística
 - Comparação dos cadastros disponíveis
 - Estudo da evolução do parcelamento, das edificações, dos vazios, do sistema viário e das grandes intervenções
 - Levantamento iconográfico
- 2) Pesquisa fundiária
 - Identificação dos grandes proprietários da área (Exército, Igreja, UFRJ, parque privado)
- 3) Pesquisa arquitetônica sumária
 - Aplicação de fichas em todo o parque edificado enfocando a parte externa
 - Levantamento fotográfico de fachadas, conjuntos arquitetônicos e foto aérea
- 4) Pesquisa sócio-econômica sumária
 - Elaboração de cadastro a partir de censo, abordando:
 - Composição familiar / quadro funcional
 - Renda familiar
 - Condição de ocupação
 - Atividade econômica do chefe de família
- 5) Pesquisa detalhada por amostragem representativa (programada)
 - Seleção a partir de cruzamento das fichas sumárias de arquitetura e sócio-econômica, abordando:
 - Interior das edificações
 - Nível de conforto da edificação
 - Condição sócio-econômica dos moradores
- 6) Pesquisa imobiliária (programada)
 - Identificação dos valores de comercialização imobiliária (anterior ao projeto, simultâneos ao projeto, projeção futura)
- 7) Análise da legislação incidente (programada)
 - Bens tombados – perímetro de tombamento
 - Hierarquização das regras -

proteção e valorização

Operacional

- 8) Definição e hierarquização das intervenções
 - Tratamento dos espaços públicos
 - Operações e parcerias em espaços privados
- 9) Capacitação profissional
 - Pesquisa de mercado
 - Proposta pedagógica
 - Seleção do público
 - Experiência piloto
- 10) Trabalho de alcance social
 - Sensibilização da população para projeto de setor histórico
 - Organização comunitária
 - Programação de eventos culturais
- 11) Sistema de informações
 - Elaboração de cartilhas
 - Promoção de eventos

Instrumentos

- 1) Montagem de operações financeiras
 - Orientação técnica
 - Criação de linhas de crédito habitacional
 - Comercialização
- 2) Instalação de Escritório Técnico Local
 - Orientação técnica
 - Cadastro de demandas
 - Vistorias
 - Monitoramento
- 3) Revisão da legislação
 - Adequação legislação existente
- 4) Gestão Urbana

Maiores Informações:

Morro da Conceição – projeto piloto do Programa de Recuperação Orientada – proRIO, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, em desenvolvimento pela Diretoria de Urbanismo do Instituto Pereira Passos, a cargo da arquiteta Ana Petrik.

Márcia Frotta Sigaud – arquiteta, gerente do ProRio, e uma das coordenadoras desse piloto, apresentou “Morro da Conceição”, no IX Congresso da ABRACOR, em Salvador/BA, em outubro de 1998.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Instituto Municipal Pereira Passos Rua Gago Coutinho, 52 – Laranjeiras, 22.221-070, Rio de Janeiro – RJ. Tel: (21) 556 3399/293 4981.

Artigo Técnico

Azulejaria do Paço do Saldanha Restauração e Reintegração

Zeila Maria de Oliveira Machado

1. INTRODUÇÃO

No final do século XVI nasciam solares baianos, quando a Bahia se tornava o ponto de convergência de técnicas que vinham de Lisboa para trabalhar nas construções militares, religiosas e civis.

Como marca de riquezas oriundas das fazendas e engenhos de açúcar, da mineração ou do comércio, muitos solares foram erguidos nos principais centros produtores e, especialmente em Salvador capital da Colônia. Senhores de engenho e de escravos, grandes comerciantes, altos funcionários, ostentavam poder erguendo construções de grande porte. Alguns dos requintes da decoração interna podem ser apreciadas ainda hoje, pela presença de preciosos pilhars de azulejos portugueses.

Os solares representativos do período colonial, existente em Salvador, o Paço do Saldanha, reúne elementos arquitetônicos oriundos do final do século XVIII, período da sua construção. Não somente a sua grandiosa portada indica a imponência do edifício, mas também o acervo de azulejos do mesmo período, valoriza a sua decoração interna. Os salões daquele palácio eram, em sua maioria, revestidos de painéis históricos representando cenas mitológicas e de caçadas bem como motivos florais (de tapeite). Um dos painéis históricos possuía a assinatura de seu autor – Antônio Pereira – caracterizando o grau de raridade do mesmo. Dos painéis assinados em todo o Brasil existem, apenas, os azulejos da Capela Dourada da Ordem Terceira de São Francisco do Recife, do mesmo autor e os da Capela-mor da igreja do convento de

São Francisco, em Salvador, de autoria de Bartolomeu Antunes, datados de 1737. Provavelmente a azulejaria do Paço do Saldanha, originou-se da mesma oficina de Lisboa, para onde trabalhava Antônio Pereira.

O palácio atravessou os séculos passando por diversos proprietários. Em 1874 foi adquirido pelo Liceu de Artes e Ofícios, onde até hoje mantém a sua sede instalada.

Na noite de 23 de fevereiro de 1968, o Paço do Saldanha, perdeu o seu brilho com um trágico incêndio que atingiu grande parte do seu acervo de azulejos, e obteve uma perda parcial do mesmo, comprometendo também a existência do tradicional Liceu de Artes e Ofícios.

Após 20 anos, o palácio foi retirado do abandono, quando em 1988, firmou um convênio com a Fundação Odebrecht e o Governo do Estado, no intuito de promover-se a revitalização institucional e a recuperação física do prédio histórico.

As obras de reconstrução tiveram a duração de 02 anos, sendo concluída com a restauração da portada principal e, recomposição dos silhars de parte dos painéis de azulejos, pois os demais painéis, ainda estão em fase de restauro.

2. DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O processo de degradação física do Paço do Saldanha estava seriamente comprometido, pois as obras de reconstrução foram executadas em etapas que incluíram o reforço da fundação e estrutura, a instalação da cobertura, os acabamentos, as esquadrias e demais instalações.

Baseado nos textos de Santos Simões e Mário Barata, o acervo era composto de 10.000 (dez mil) peças. Com o incêndio houve uma grande perda de azulejos do palácio, seguido pelo abandono físico, a degradação foi acentuada, restando cerca de mil peças de azulejos inteiros, dispostos juntamente com uma infinidade de fragmentos, reunidos em 7 caixotes de madeira com 0,80 m X 1,50 m X 0,50 m, cobertos de sujeira e poeira acumuladas (fig. 1) Segundo Santos Simões, antes do incêndio houve demolição de paredes internas azulejadas e instalações de uma oficina de carpintaria no pavimento térreo do palácio, existindo portanto máquinas o que provoca vibração excessiva, e provavelmente ocasionou a quebra do biscoito cerâmico e desprendimento dos azulejos das paredes a que pertenciam. O fogo incidiu a formação de craquelês e perdas irreversíveis do esmalte. Houve também a ocorrência de peças enegrecidas em sua estrutura geral comprometendo o corpo cerâmico. Verificou-se que algumas peças na camada de esmalte, estavam com borbulhamento excessivo provocado pelo derretimento causado pelas altas temperaturas e jatos de água para apagar o fogo.

3. METODOLOGIA

O trabalho de restauração está sendo executado por uma equipe constituída de três restauradores e um auxiliar de restauro.

Primeiramente, visualizamos o universo dos azulejos, com o objetivo de obtermos o panorama dos inteiros e dos fragmentados (fig. 2), selecionando-

os e identificando-os conforme o padrão.

A restauração procedeu mediante três princípios básicos: a estabilidade, reversibilidade e legibilidade. Para interferir na obra, utilizamos materiais comprovadamente estáveis e reversíveis, os quais não provocam alterações sobre a ação da luz, umidade e agentes biológicos. Além disso, nos preocupamos com a possibilidade dos azulejos serem removidos quando necessário.

Processos operacionais:

- a) Identificação das peças integrantes de painéis (fig. 3);
- b) Pesquisa documental/ iconográfica sobre os painéis originais;
- c) Documentação fotográfica (em processo);
- d) Limpeza mecânica a seco, com auxílio de trinchas macias, escovas de nylon com cerdas macias;
- e) Limpeza química, com detergente neutro e álcool;
- f) Separação de azulejos e fragmentos segundo o motivo;
- g) Estudo da composição de cada padrão ornamental, com a finalidade de recompor o máximo de peças originais tornando-as inteiras;
- h) Fixação, com fita adesiva, de cada fragmento para recomposição da peça original a fim de serem coladas;
- i) Colagem dos encaixes, com utilização de cola a base de resina epoxi (araldite), e, antes da aplicação da cola, aplicação de camada de goma laca líquida, a fim de impermeabilizar a cerâmica, preparando-a para colagem;
- j) Para a secagem dos encaixes, cada peça é cravada num banco de areia, na posição vertical, para melhor resultado da

colagem (fig.4);

k) Para obtermos o máximo de aproveitamento das peças fragmentadas, em se tratando de painéis de tapete, utilizamos como modelo um azulejo completo, para serem montadas outras peças iguais;

l) A consolidação do suporte é reconstituída em seu tamanho original através da recuperação do biscoito, numa mistura de massa, preparada com gesso pedra, acetato de polivinila e pó de argamassa, na proporção de dois (argamassa e gesso) para um (acetato de polivinila), acrescida de água que resulte numa consistência levemente grossa. A mistura é colocada em forma de madeira revestida de fórmica (fig.5);

m) Depois de seco, o azulejo é nivelado nas laterais e retirado o excesso da argamassa que fica no esmalte;

n) Cada peça é reintegrada nas lacunas de superfície do esmalte, passando-se goma laca e resina sintética acrescida de um pouco de silicato ácido de magnésio, com a finalidade de dar porosidade a resina. O tom escolhido foi um cinza claro, pois os azulejos são todos em azul e branco, o que não interfere na leitura do painel;

o) A reintegração do esmalte, é lixada várias vezes, até atin-

gir o mesmo nivelamento do esmalte original.

p) O assentamento se dá da seguinte maneira: primeiro a parede é impermeabilizada; em seguida coloca-se placas de amianto presas com parafusos de cobre (fig.6) e finalmente assenta-se o painel com adesivo específico para azulejos (Brancol A- fig.7); faz-se o rejunte, e, por último, colocamos uma camada de proteção na área de intervenção, com paralóide B72 a 20%.

4. CONCLUSÃO

A restauração dos azulejos do Paço do Saldanha, foi executada em três etapas: a primeira (maio a agosto /1995) sob a coordenação de Maria da Conceição Soares Machado, constou na identificação e iniciação do processo de restauro; a Segunda (abril a agosto / 1995), sob a coordenação de Zeila Maria de Oliveira Machado, resultou na conclusão dos painéis da escadaria (fig.8), parede da porta da capela e cruz na parte externa do prédio; a terceira (setembro / 1995 até os dias atuais), onde concluímos e assentamos oito painéis e estamos em fase de estudo de outros dois.

A técnica de restauro adotada, foi a mesma da equipe de restauração dos azulejos do antigo Solar Bercó, com exceção da maneira de assentar, pois optamos pelo uso de placas de amianto parafusadas na parede.

O resultado do trabalho está sendo extremamente satisfatório, pois dentro de um acervo tão rico, que passou por uma tragédia desta dimensão, e que imaginava-se uma perda quase total, obtivemos, sem dúvida, uma excelente resposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATA, Mário. Azulejos no Brasil: Séc. XVII, XVIII e XIX. Rio de Janeiro: 1955-64p.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. A arte de Ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, (1872-1996). Salvador: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia.

SIMÕES, J. M. dos Santos. Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822), Lisboa, fundação Calouste, Gulhenkian, 1965.

EQUIPE TÉCNICA:

Coordenadora:

Zeila Maria de Oliveira Machado / Restauradora – graduada em artes plásticas / UFBA

Restauradoras:

Doralice de Sousa Barreto / graduada em artes plásticas / UFBA
Inês Maria Passos Lemos / graduada em artes plásticas / UFBA

Auxiliar de restauro:

Jurailton dos Santos

Documentação fotográfica:

Isabel Gouvêa
Zeila Maria de Oliveira Machado

Maiores Informações:

Zeila Maria de Oliveira Machado – artista plástica - pela Universidade Federal da Bahia, conservadora/restauradora, atualmente exercendo a função de coordenadora de equipe de restauradores do acervo de azulejos portugueses que representa a chegada de Tomé de Souza à Salvador, localizado no Porto da Barra. Coordena ainda, a equipe de restauradores do acervo de azulejos da Casa da Providência. Restauradora - Instituição de trabalho: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia - Rua Guedes de Brito, n.º 14 – Praça da Sé - Cep. 40020-260 – Sal-

CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

LIVROS, DOCUMENTOS, TELAS E PAPÉIS EM GERAL

AS INSTITUIÇÕES MAIS PRESTIGIOSAS CONSAGRARAM A QUALIDADE E EFICIÊNCIA DE NOSSOS EQUIPAMENTOS

Máquina Obturadora de Papéis, Mesa de Higienização, Mesa de Sucção, Câmara de Fumigação, Secadora de Papéis, Mesa de Luz, Mesa Térmica, Escorredor de Vidros e Bibliocanto.

DINAMAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Compromisso com soluções definitivas na conservação e restauração de livros
Rua Inabú, 87 - Jacaré- 20975-190 - Rio de Janeiro - RJ - Tel e Fax (021) 241 4171 -
www.dhnet.com.br/dinaman

Artigo Técnico

O SUBSTRATO CONCEPTUAL DA PRESERVAÇÃO: A ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BRASILEIRA NO DESVELAMENTO DAS DIRETRIZES E DAS BASES FUNDAMENTAIS PARA A IDENTIDADE NACIONAL

Maria Lúcia Cidade Vidal

O quadro de referência conceitual dominante nas preocupações do campo cultural no início da década de noventa pode ser enquadrado, para efeitos de rápida análise, em duas perspectivas principais. Uma, que denominaremos "vertente patrimonial", ocupava-se em identificar, preservar e difundir socialmente os referenciais considerados mais expressivos do universo histórico e cultural definidor da nacionalidade, desde os monumentos arquitetônicos ao objeto de atenção nos museus. Como palavra de ordem nesses trabalhos, questões da "identidade nacional" e dos "resgates de valores" da nação. A visibilidade social dessa intensa movimentação em prol do nosso universo cultural expressava-se principalmente pela atuação exuberante, tanto no amplo campo profissional que movimentava, quanto na presença na mídia, do complexo institucional ISPHAN/ Pró-Memória, esmorecido logo depois pela dissolução desta última, mas de qualquer forma exemplo de maior nobreza e envergadura na sua área de atuação até hoje.

A outra perspectiva, expressava-se pelo conceito de "centro cultural", ou "centro de Memória". Este, encontrou grande expansão ao longo da década de oitenta, quando lentamente foi se sobrepondo às concepções mais tradicionais que cercavam instituições como museus, arquivos, bibliotecas e outras. Sua principal característica foi prover, como eixo de organização e dinamização da cultura na interação com o público, a junção, num mesmo espaço físico e administrativo, das finalidades institucionais próprias a tais instituições e sua conexão com a área da cultura mais "viva", traduzida primordialmente pelas manifestações culturais, como o teatro, as cinematecas, as artes plásticas e outros exemplos. Além disso, viu-se o incremento das pesquisas nessas perspectivas, freqüentemente uma referida a outra.

O crescimento das duas perspectivas definiu aos diversos profissionais que lhes estavam afetos, bem como ao amplo público que podia relacionar e atrair, um largo

e bem delimitado campo em que se impunha e valorizava o conceito de Memória Coletiva, em suas diversas modalidades e dinâmicas: histórica, documental, étnica, social e outras. Ambas, assim conectadas, deram um novo impulso e valorização sócio-profissional àqueles dedicados à Conservação e Restauro, além dos pesquisadores em Ciências Sociais preocupados com o problema central da Memória e suas implicações e decorências para a sociedade como um todo. Nesta atmosfera culturalmente efervescente, as questões de operacionalidade, significação maior e avaliação crítica dos resultados concretos que as vertentes mencionadas consubstanciavam impuseram-se como campo relevante de empenho e reflexão. Foi com base na observação desse processo, a partir das variadas experiências adquiridas no trato profissional em ambas as vertentes, e, interessada nas questões de base subjacentes ao vasto campo que as duas compunham, que iniciei os levantamentos bibliográficos e documentais com os quais defini como campo prioritário para o desenvolvimento de minhas pesquisas a busca dos pilares da construção do que me parecia avultar como um vasto painel ideológico, simbolicamente delimitador da noção de coletividade brasileira e das "fronteiras" do que, com base nele, a experimentação sócio-cultural desta acabava por situar-se. Somava a esses fatores, preocupações com os problemas advindos dessas condições no trato societário, no inter-étnico e na articulação dos âmbitos local, regional e nacional e sua relação com a esfera do poder central brasileiro. Suspeitava que a organização, já tão bem configurada, desse quadro simbólico de referenciais culturais que compunham o que se entendia por Memória Nacional, historicamente assinalado a partir do ano de 1937 com a fundação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pelo empenho e o zelo profissional de seus quadros funcionais, assentara-se desde à época por "tecido" simbólico preexistente. Ou seja, os referenciais norteadores da emprei-

tada já poderiam estar assentados por instrumentos formais, institucionalizados, menos adstritos explicitamente àquele campo em que os trabalhos do próprio ISPHAN delineava constituidor de Memória, passando, por conseguinte, ao largo do foco de atenção dos analistas.

Trabalhando na elaboração do projeto que deveria qualificar no Mestrado em Administração de Centros Culturais da UNI-RIO (mais tarde reformulado para o atual Mestrado em Memória Social e Documento), onde já ingressara, tendo por objeto de estudo a instituição antes mencionada, acabei por mudar inteiramente meu foco de atenção quando percebi que diversos autores que tratavam do desenvolvimento cultural e historiográfico brasileiro no século XIX, ressaltavam a criação, em pouco espaço de tempo, do Arquivo Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Colégio Pedro II, como a grande realização do período das Regências no campo cultural, sem maior significação além daquela definida estritamente em seus respectivos âmbitos¹. O fato me pareceu, mais do que uma coincidência no esforço de se aparelhar o país com instituições básicas, uma possibilidade consistente de organização de Memória Coletiva relacionada às questões do Poder já nesse período histórico, dadas as condições de contexto: levava em conta outras "coincidências". Duas se destacam.

Uma delas, a de que o final do período regencial caracterizou-se pela hegemonia do projeto político de um Estado unitário, com poder centralizado. Tratava-se da própria criação do Estado nacional brasileiro, estabelecendo-se em bases profundas, porque destinadas à longa duração no tempo, suas instituições fundamentais e definidoras. Considerando as condições dispersas e fragmentárias herdadas do período colonial (incluindo o que mais nos diz respeito, o campo étnico, social e cultural) e o fato do nosso território não ter sido habitado até a colonização por povos portadores de cultura exuberante no sentido monumental, capaz de impor-se por si mesma

como referencial de nacionalidade, considerei admissível tratar-se de momento paradigmático no imperativo de construir a nação. Como extensão desse raciocínio, a tarefa no esforço de consolidação do Estado unitário, que intentava manter a integridade territorial e prover a plena articulação populacional, poderia implicar a necessidade de estabelecer também, além das instituições políticas e administrativas, diretrizes sócio-culturais e conteúdos simbólicos, destinados à construção do perfil de nação compatível com os interesses da elite condutora do processo, também com vistas ao "longo prazo".

A segunda, e a mais expressiva: cada uma das instituições em pauta, refere-se, em instâncias de atuação diferentes, tanto na época como agora, à organização da Memória Coletiva em bases amplas. Explico: Guarda e conservação documental, pelo Arquivo; elaboração dos conteúdos simbólicos no campo do saber e das representações da relação espaço-temporal fundamentadora da conformação do Estado nacional, pelo Instituto; e, finalmente, comunicação social de valores e representações simbólicas e padrões sócio-culturais de conduta — a "norma culta", a memória social, a memória cultural desejada, caso do Colégio.

Assim, se a criação quase ao mesmo tempo das instituições em pauta, mais do que a coincidência de num único momento histórico ter-se aparelhado o país com instituições nobres no campo cultural, como até então o fato vinha sendo assinalado pela literatura especializada, fosse fruto de um projeto maior de construção simbólica da nação, estaríamos diante dos paradigmas da organização da Memória Nacional. Mais do que isto, e aspecto crucial, abarcando-se os âmbitos cultural e educacional, buscava-se a inculcação nas mentes dos brasileiros de todas as representações e referenciais nos moldes dos interesses da elite dirigente que, dada a natureza própria desses âmbitos, resultaria na internalização desses padrões como parâmetros e na garantia de sua transmissão, geração a gera-

Boletim da ABRACOR - Dez/Jan/Fev 1999/2000

ção. Se confirmado o raciocínio, estaria, afinal, diante do que procurava.

Desse modo, apresentei ao Mestrado da Uni-Rio o projeto de dissertação "Organização da Memória Coletiva e Construção da Unidade Brasileira no Rio de Janeiro – As Origens do Colégio Pedro II, do Arquivo Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". Em 1992, já aprovado por uma banca de professores do Mestrado, dei início à pesquisa mais aprofundada e ao exame das hipóteses, sob a orientação do Prof. Dr. Arno Wehling e, mais tarde, da Prof. Dr^a Maria José Wehling. Em 1995 pude ver minhas teses oficialmente aprovadas, com todas as hipóteses confirmadas.

O espaço de um artigo é pequeno para a descrição do desvelamento de todo o processo analisado, que requer, além disso, para a compreensão dos desdobramentos dos esforços desenvolvidos para a configuração simbólica pretendida, leituras de obras que abordam momentos históricos imediatamente anteriores e, cada vez mais frequentes atualmente, posteriores ao estudado. Mas cabe ressaltar algumas considerações pertinentes ao campo da preservação cultural, o que mais nos interessa aqui.

O fato de três instituições, à primeira vista totalmente desvinculadas, cada uma entendida tradicionalmente como fundamentadora exclusivamente no seu campo de exercício mais próprio, terem sido constituídas em íntima conexão como pilares da Memória Nacional é fato notável.

Em primeiro lugar, cada uma considerada de per si, examinando-se a documentação oficial que lhes deu origem, definiu suas funções e as organizou, além dos objetivos que cumpre ainda hoje, pouco ou nada revela se tiveram em conta a magnitude e o alcance dos resultados do projeto institucional que lhes deu origem quanto ao seu papel na organização da Memória e sua divulgação social. Foi necessário identificar nessa documentação os elementos, os aspectos pontuais, as temáticas, explícitas ou implícitas, as determinações, que em conexão, uma série documental referindo-se à outra, uma análise à luz da outra, revelasse as intenções e os objetivos denotadores de um projeto de organização de Memória.

Uma vez identificados esses tópicos foi indispensável enveredar por outras fontes primárias, entre leis, medidas administrativas, notas, matérias jornalísticas, ex-

plicações, justificações e embates por diversos periódicos, segundo a tônica da época, além das atas parlamentares, seus mandatos políticos e regulamentares, em seu conjunto denotadoras da ação e das intenções dos atores envolvidos no processo. E, em mais de um momento histórico, proceder a uma verdadeira "arqueologia" de tudo o que pudesse relacionar-se à hipótese central. Somente um conjunto documental, com todo o seu intrincado e organicidade concernente aos objetivos da pesquisa, minuciosamente identificado nos acervos documentais e reunido em suas conexões e interligações, poderia lançar luz sobre essa construção e a explicitar. Especialmente porque, quase toda a bibliografia, então disponível, sobre a história de cada instituição analisada em suas origens, ou de seus respectivos campos de atuação no país, fundamentou-se predominantemente nos pressupostos próprios aos paradigmas estatuidos, gerados na sobreposição desse projeto simbólico referencial, que então se formava, às realidades mais concretas da vida nacional, quando não dele partia ou acabava por reiterá-los. Não fosse o momento verdadeiramente paradigmático, a partir do qual se passava a formar, sistemática e ordenadamente, o próprio saber sobre o país! E o mais importante: não se lograra até então relacionar a urdidura dos vínculos funcionais estabelecidos na criação das três instituições em tela, sua "engenharia", base necessária para seu inteiro desvelamento. Só a fonte primária, o documento, garimpado nos diversos acervos e instituições que os resguardam, despido das subjetividades que o próprio estabelecimento desses paradigmas impôs aos historiadores e demais pesquisadores poderia ser reveladora. Tarefa árdua, mas grata aos resultados da pesquisa, porque tais fontes ainda existiam, felizmente.

E aqui encontram-se alguns pontos a serem levantados junto aos profissionais da preservação cultural, especialmente no momento em que se busca unificar as diversas técnicas e modalidades de atuação, num campo de tantas facetas, para a convergência técnico-conceitual propiciadora da formação profissional profunda, com a tônica orgânica, relacional, amplamente modelar, de uma graduação específica.

Procede-se à preservação cultural, no seu máximo de amplitude, exclusivamente conservando, restaurando, não estabelecidos os

engates com as questões em pauta na produção do Conhecimento, ou até mesmo na identificação daquelas relegadas, ou na das experimentações sociais prementes da contemporaneidade? E o substrato ideológico e conceptual do próprio campo da preservação— o que refere, o que implica, o que escamoteia, o que exhibe— enfim, as "vitrines" e os "porões" da Memória, não compete ao preservador investigar mais do que a qualquer outro frente às responsabilidades de lhe cabem quanto as gerações atuais e futuras? Procurar identificar e garantir as fontes de consulta sobre sua própria atividade sobretudo?. A determinação de critérios integra os aspectos técnicos mais estritos do profissional na área? E a compreensão, tanto quanto possível, da natureza última do seu trabalho?. A pesquisa a que procedi quanto à organização da Memória Coletiva em bases amplas, deixa margem a algumas reflexões. Não se tratou, na época estudada, de institucionalizar apenas Casas de Memória, fosse para elaboração simbólica no campo do saber ou outros, fossem as bases documentais. Instituiu-se a Nação, sim, mas ao mesmo tempo também a Razão norteadora (e condicionadora) do discerni-la, apreendê-la, avaliá-la e pensá-la, ao relacionar-se na organização das bases da Memória, enfática e especialmente, um equipamento educacional modelar, conforme nossas hipóteses confirmaram. Nestes, é bom lembrar, impõem-se padrões de conduta social, inculcam-se valores em detrimento de outros, posturas preferenciais; disposições mentais, afetivas, emocionais; promovem-se ou desestimulam-se articulações, aproximações, afastamentos, empatias e repulsas no trato social, nas relações interpessoais e intergrupais; moldam-se as mentalidades e desenha-se o mundo.

Moldando as mentes dos contingentes populacionais que, ao fim e ao cabo, são hoje o público e os usuários da construção simbólica e referencial de que cuidamos, também o fazem com o próprio profissional da preservação cultural, que internaliza e leva consigo esses referências para as suas práticas profissionais, em qualquer instância de articulação de seus pensamentos, mesmo os estritamente técnicos. É a concepção de mundo subjacente ao ato funcional. É o substrato, a alma do seu ofício tornando-os agentes sociais. E agentes dos mais intervenientes! Com responsabilidade ou não, com generosidade socialmen-

te e culturalmente falando ou não. Deixo o tema para meditação.

Por fim, aproveite a oportunidade para, mais uma vez, lembrar a importância da preservação quanto ao séc. XIX, especialmente a documental, em nosso país como em outras partes. Foi esse o século da instauração efetiva da ordem moderna, da construção dos Estados nacionais e de grande parte das instituições com que ainda operamos, mesmo mergulhados nos novos conceitos de "blocos regionais", "mundialização" e "globalismos".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1-Entre outros: GUIMARÃES, Manuel S. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os Temas de sua Historiografia, 1839-1857. IN: Ano Wehling (ed.), Origens do Instituto Histórico. Rio de Janeiro: IHGB, 1989; MARTINS, Wilson. História da Inteligência Brasileira. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1978. Vol. II; MATTOS, Ilmar R. O Tempo Saquarema. São Paulo: Ed. Huicitec; SANTOS, AC. Marques do: DOMINGUES, H.M. Berilo; BITTENCOURT, J. Neves et al. Memória e História. Revista Tempo Brasileiro, n. 87. Outubro, 1986; SILVA, José Luis Werneck da. Isto É O Que Me Parece—A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827/1904)... (Mestrado em História). Niterói, RJ: Inst. de Ciências Humanas e Filosofia/UFF, 1979. Vol. 1; WEHLING, Ano. As Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. RIHGB, n. 338. Brasília/Rio de Janeiro. Jan-mar, 1983.*
- 2-VIDAL, Maria Lúcia C. A Organização da Memória Coletiva e Construção da Unidade Brasileira—As Origens do Colégio Pedro II, Do Arquivo Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (Mestrado em Memória Social e Documento). Rio de Janeiro, RJ: Centro de Ciências Humanas (CCH) / Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO), 1995.*

Maiores Informações:

Bacharel em Arqueologia (UNESA) Conservadora de Bens Culturais Mestre em Memória Social e Documento (UNI-RIO) A tese de mestrado: "Substrato Conceitual da Preservação..." , de Maria Lúcia Vidal, está disponível para consulta. Os interessados devem fazer contato pelo telefone (0xx21) 5570949/285 1942 ou pelo e-mail: mlucia@ccard.com.br

X Congresso

X CONGRESSO ABRACOR

Tema Central:

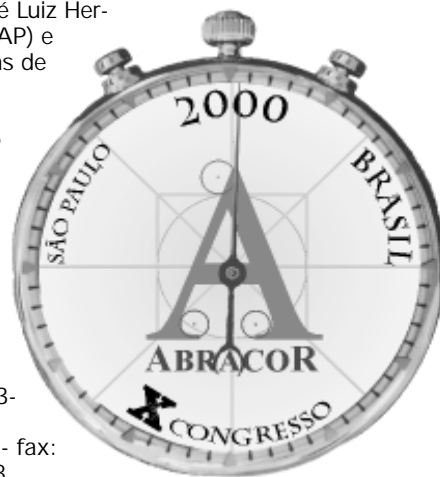
"DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL"

A Assembléia da ABRACOR realizada em Salvador - BA, em 30.10.98, quando do encerramento do IX Congresso, aprovou a cidade de São Paulo, como a nova sede para o X Congresso em 2000. Para a organização do evento, a Assembléia nomeou um Comissão Organizadora formada pelos conservadores-restauradores de São Paulo a saber: Lucy Luccas (Membro do Conselho Fiscal da diretoria da ABRACOR - Biênio 1998-2000), Maria de Los Angeles Fanta (Membro suplente da diretoria da ABRACOR - Biênio 1998-2000) e Júlio Eduardo Corrêa de Moraes (Membro do Conselho Administrativo da

diretoria da ABRACOR - Biênio 1998-2000), todos associados da ABRACOR. Essa por sua vez, nomeou uma Comissão de Apoio para o desenvolvimento dos trabalhos, formada por profissionais ligados a ABRACOR e outras associações e autônomos. São eles: Norma Cassares (ABER), Márcia Toledo (ABER), Renato Carvalho (APCR), Regina Gierlemger (APCR), Lúcia Elena Thomé (MAC), Florence White Veras (Autônoma), Márcia Rizzo (Autônoma), Luiz Souza (CECOR/EBA/UFMG - Coordenador para assuntos Internacionais da diretoria da ABRACOR - Biênio 1998-2000), Maria das Graças da Silva Pru-

dêncio (ACCR), José Luiz Fernandes Alfonso (FAAP) e José Geraldo Martins de Oliveira (CAAP).

O X Congresso será realizado de 06 a 10 de novembro de 2000, no SESC Pompéia. Rua Clélia, 93 - São Paulo - SP - Brasil.
Secretaria: Rua Itatins, 87 - São Paulo - SP - Brasil - CEP.: 01.533-030 - Telefone: (0XX11) 278 7969 - fax: (0XX11) 3341-5758
E-mail: congresso2000@uol.com.br



ACONTECEU ABRACOR

- Realização de Pré-Eventos com vistas ao X Congresso da ABRACOR
Primeira visita ao Sítio Santo Antônio (século XVII). Visita Monitorada pelo Sr. José Saia Neto e pelo Conservador - Restaurador Sr. Julio Moraes, São Paulo - SP.

- *"Encuentro Internacional Arquitecturas Republicanas"* - em Manizales Caldas Colombia, de 22 a 24 de setembro de 1999. Fonte: Departamento de Patrimonio Cultural de la Gobernación de Caldas - CII 26, n° 20-46, Manizales - Caldas - Telefones: 826990 e 842189.

- "Exposição de Arte Heineken - (convite de abertura). Museu da República, Rio de Janeiro - RJ, em 09/11/99.

- **X Congresso da ABRACOR - Desafios da Preservação do Patrimônio Cultural**

Dia 7 de dezembro de 1999, às 20h
Auditório do SESC Pompéia
Rua Clélia, 93 - São Paulo - SP

Na ocasião, além da cerimônia de lançamento haverá a palestra da Dra. Louise Henriques Ritzel, diretora do IPHAN - Departamento de Proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasília - DF), Profa. Aracy Amaral, crítica de arte e professora de História da Arte da USP, ex-diretora dos Museus MAC e Pinacoteca, Arquiteto Paulo Mendes da Rocha - seu último

trabalho foi a restauração da Pinacoteca do estado de São Paulo, o Diretor do Patrimônio Histórico (Argentina), Sr. Mario Silvio Goren, e visita 'a exposição "Cidadela DA Liberdade", sobre a obra arquitetônica de Lina Bo Bardi e os 17 anos de atuação do SESC Pompéia, sob curadoria dos arquitetos Marcelo Ferraz e André Weiner.



REGIMENTO DO X CONGRESSO DE CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO DA ABRACOR

Capítulo I Das Finalidades

Art.1º - O X Congresso **ABRACOR**, promovido pela Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais-**ABRACOR**, tem como finalidade:
I – congregar profissionais das áreas de conservação-restauração e afins;
II – debater e divulgar a integração e a segurança na utilização de novas tecnologias;
III – discutir questões éticas e legais relativas ao uso da informação;
IV- incentivar a inserção da conservação-restauração brasileira no contexto da cooperação internacional;
V – debater estratégias para implementação de políticas de preservação na área governamental.

Capítulo II Da Organização

Art.2º - A organização do X Congresso da **ABRACOR** está a cargo da Comissão Organizadora, em parceria com o SESC- Serviço Social do Comércio – Unidade Pompéia.
Art.3º - Compete à Comissão Organizadora traçar as diretrizes gerais do evento e coordenar os trabalhos das diversas comissões, elaborar o Regimento Interno, organizar os Anais do Congresso, captar e gerir recursos destinados à realização do Congresso.
Art. 4º - Compete à Comissão Técnica realizar a seleção e a análise dos trabalhos encaminhados pelos membros efetivos.
Art. 5º - A Comissão Administrativa ficará responsável pela organização da infra-estrutura à realização do Congresso.

Capítulo III Da Participação

Art. 7º - Integram o X Congresso da **ABRACOR**:
a) a Comissão Organizadora do Congresso em parceria com o SESC- Serviço Social do Comércio - Unidade Pompéia
b) os especialistas nacionais e estrangeiros convidados pela Comissão Organizadora;
c) os membros honorários;

d) os membros efetivos;
§ 1º - São membros honorários as autoridades e entidades públicas e privadas que tenham colaborado para a realização do X Congresso da **ABRACOR**.
§ 2º - São membros efetivos todos aqueles que se inscreverem no X Congresso da **ABRACOR**.

Capítulo IV Das Sessões

Art. 8º - São consideradas sessões constitutivas do X Congresso da **ABRACOR**:
a) sessões solenes de abertura e encerramento;
b) as sessões plenárias com apresentação de trabalhos de especialistas convidados pela Comissão Organizadora;
c) as reuniões realizadas para estudo das áreas específicas em questão;
d) as sessões de comunicação técnica onde serão abordados assuntos especializados;
e) os painéis;
f) a Assembléia Geral da **ABRACOR**
§ 1º - Os palestrantes das sessões plenárias, de comunicação técnica e de painéis deverão enviar seus trabalhos à Comissão Organizadora em prazo a ser estipulado e divulgado.
§ 2º - É facultada aos membros efetivos a participação nas sessões de comunicação técnica e de painéis.

I. Os trabalhos apresentados nessas sessões deverão ser previamente encaminhados, para exame e seleção pela Comissão Organizadora.

II. O encaminhamento dos trabalhos deverá ser feito dentro dos prazos e normas a serem estipulados e divulgados.

§ 3º - Todos os trabalhos deverão ser inéditos e apresentados segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 6022 (NB - 61/64) Apresentação de Artigos em Publicações Periódicas; NBR 6028 (NB - 88/88) RESUMOS; NBR 6023 (NB - 66/68) Referências Bibliográficas), sempre que as mesmas forem aplicáveis.
§ 4º - Cada sessão terá 1 (um) presidente de mesa indicado pela Comissão Organizadora.

Art.9º - Na sessão de encerramento serão apresentadas as moções e recomendações do X congresso da **ABRACOR**.

Capítulo V Da Assembléia Geral da ABRACOR

Art.10º - A Assembléia Geral da **ABRACOR**, deverá eleger a Diretoria do Novo Biênio, bem como indicar o próximo local de encontro.

Capítulo VI Dos Certificados

Art. 11º - Caberá a Comissão Organizadora expedir certificados aos participantes.

Capítulo VII Das Publicações

Art. 12º - Os Anais do X Congresso da **ABRACOR** serão publicados sob a responsabilidade da Comissão Organizadora em conjunto com a Diretoria da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais-**ABRACOR**.

Art.13º - Somente serão publicados os trabalhos encaminhados dentro do prazo e normas a serem estipulados e divulgados.

Capítulo VIII Das Disposições Gerais

Art.14º - A responsabilidade financeira do X Congresso da **ABRACOR** caberá à Comissão Organizadora em conjunto com a Comissão Administrativa.

Art. 15º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

REGULAMENTO DAS SESSÕES PLENÁRIAS E DE COMUNICAÇÕES TÉCNICAS

Art.1º - Cada sessão constará de:
I – abertura pelo presidente da mesa;
II – convocação dos componentes da mesa;
III – apresentação dos trabalhos;
IV – franquia aos debates;
V – encerramento pelo presidente da mesa.

Art.2º - Os horários indicados no programa oficial serão rigorosamente observados.

Art.3º - O presidente disporá de 10 (dez) minutos para abrir a sessão, determinar a apresentação dos relatores e autores dos trabalhos.

Art.4º - O tempo de duração da apresentação será de 40 (quarenta) minutos nas sessões plenárias e de 20 (vinte) minutos nas sessões de comunicação técnica.

Art.5º - Os debates serão abertos mediante perguntas encaminhadas aos componentes da mesa da respectiva sessão.

Parágrafo Único: As perguntas serão encaminhadas diretamente aos expositores.

Art.6º - Compete ao presidente da mesa a abertura e o encerramento da sessão, bem como promover sua interrupção quando julgar conveniente aos interesses do Congresso.

Art. 7º - Não haverá leitura ou discussão de trabalhos cujos autores estiverem ausentes.

Art. 8º - No caso de trabalhos em colaboração, qualquer dos autores poderá apresentá-lo.

Art. 9º - Todos os casos omissos neste Regimento serão discutidos pelo presidente de cada sessão.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Lucy Aparecida Luccas
Maria de los Angeles Fanta
Júlio Eduardo Correia Dias de Moraes

Comissão Técnica

A Comissão Técnica será constituída por ocasião da análise dos resumos enviados. Esta Comissão poderá fazer uso de consultores e/ou especialistas.

Comissão Administrativa

WTC Eventos
Márcia Regina de Araújo (Gerente de Eventos)
Rua da Consolação, 368 – conj. 131
CEP 01302-000 – São Paulo – SP.
Tel. 00 55 11 256 – 3499
Fax ; 00 55 11 258-6661
e-mail –wtctours@zaz.com.br

Prêmio Rodrigo Melo Franco

Resultados dos Premiados do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – IPHAN/1999:

Velar pelo que velamos é uma necessidade tão vital

Para o país como qualquer outra, talvez mais.

Rodrigo Melo Franco de Andrade

Com o objetivo de valorizar e incentivar a participação voluntária da sociedade na preservação do patrimônio cultural brasileiro, o Iphan instituiu, em 1987, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, assim denominado em homenagem ao fundador da instituição. Anualmente, concorrem ações com repercussão pública ou trabalhos quase anônimos, de empresas, instituições e pessoas, que atestam a vitalidade cultural do país e sua rica diversidade. Em 1999 foram apresentadas 132 ações em todos os estados brasileiros.

Vencedores de 1999:

Apoio Institucional e Financeiro:

Paulo e Maria Cecília Geyer – pela doação da *Coleção Geyer* ao Museu Imperial, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a maior já feita a uma instituição pública de natureza cultural.

Divulgação e Difusão:

Fundação de Cultura Cidade do Recife – Pelo *Encarte Cultural Brincantes*, veiculado pelo *Journal do Comércio*, de Pernambuco, difundindo diversas manifestações culturais e atingindo um público de 84.624 pessoas.

Educação Patrimonial:

Centro de Cultura Luiz Freire – de Olinda – PE, pela *construção*

e *implantação da escola indígena Xukurú de Ororubá, no município de Pesqueira, em Pernambuco.*

Inventários de Acervos e Pesquisa – Arquiteto Paulo Ormino de Azevedo e equipe do Projeto de Estudo do Acervo Turístico da Bahia - pelo *Trabalho de Concepção e Desenvolvimento do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*, iniciado há mais de 25 anos e inovador em sua metodologia.

Preservação de Bens Móveis e Imóveis - Padre Pedro Nunes de Almeida – pela *restauração da Igreja de santa Rita, localizada na cidade do Rio de Janeiro*, realizada graças a doações da comunidade e da Igreja Católica da Alemanha.

Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico – Fundação Casa de Cultura de Marabá/PA – pelos estudos e trabalhos sobre conservação do patrimônio natural, cultural, histórico e arqueológico da região, realizados com o apoio e a participação ativa da sociedade.

Menção Honrosa – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – pela *Série Filatélica enfocando o patrimônio cultural brasileiro.*

Obs.: A entrega dos prêmios foi realizada em 17 de novembro de 1999, às 20 horas na Sala Martins Penna do Teatro Nacional Cláudio Santoro, em Brasília – DF, com a presença do Senhor Ministro de Estado da Cultura, Francisco Weffort, o Senhor Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Carlos H. Heck, e a Senhora Secretária de Cultura do Governo do Distrito Federal, Maria Luiza Dornas.

Normas para Publicação de Artigos Técnicos

Os associados interessados em publicar Artigos Técnicos no Boletim, poderão enviá-los à nossa Sede em disquete, utilizando o aplicativo Word, e uma cópia impressa em papel A4, no máximo com 4 laudas com anexos.

Os artigos serão submetidos à Comissão de Publicação do Boletim, composta por: Maria Luiza Ramos de Oliveira Soares, Jayme Spinelli Júnior, Luiz Antonio

Cruz Souza, e Leonardo Cury Maroun Cianella.

A Comissão baseará suas decisões pelas Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 6022 (NB - 61/64) Apresentação de Artigos em Publicações Periódicas; NBR 6028 (NB - 88/88) RESUMOS; NBR 6023 (NB - 66/68) Referências Bibliográficas), sempre que as mesmas forem aplicáveis.

12th TRIENNIAL MEETING ICOM-CC

A ABRACOR, representada por sua Presidente, Maria Luiza Soares, participou da 12th Triennial Meeting ICOM-CC, realizada na cidade de Lyon, Paris, no período de 02/08 a 06/09/99, com o apoio da Fundação VITAE. Sobre esse importante congresso, ela fez o seguinte relatório:

Dados Gerais sobre o Evento:

O Congresso foi realizado pelo ICROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Property - com a colaboração da AOICOM-CC - Associação para a Organização da 12a. Reunião Triennial do Comitê para a Conservação do Conselho Internacional de Museus.

Participaram desse evento, a comunidade internacional de conservadores-restauradores, que se reuniram em 23 grupos de trabalhos, a seguir:

1. Conservação Preventiva; 2. Formação em Conservação/Restauração;

3. Teoria e História da Conservação/Restauração; 4. Métodos Científicos de Exames de Obras de Arte; 5. Documentação, Pintura I: Conservação/Restauração de Pinturas;

6. Pintura II: estudos Científicos de Pinturas (métodos e técnicas); 7. Escultura Policromada; 8. Pintura Mural, Mosaico e Arte Rupreste; 9. Documentação Gráfica;

10. Fotografia; 11. Coleções Etnográficas; 12. Material Arqueológico;

13. Têxteis; 14. Couro e Materiais Relativos; 15. Metal; 16. Laca; 17. Móveis; Objetos em Madeira;

18. Resinas: características e avaliação; 19. Materiais Modernos;

20. Laca; 21. Móveis e objetos em madeira; 22. Resinas: características e avaliação;

23. Materiais Modernos.

Programa do Congresso

O Congresso constou de sessões plenárias (temas de interesse para toda a

comunidade), reuniões dos grupos de trabalho, reuniões do Comitê Central (deliberação e agenda para o próximo triênio, inclusive, com a indicação da próxima sede do evento), feira de equipamentos e livros técnicos. Constou ainda de excursões e visitas técnicas guiadas, a sítios e monumentos significativos, em cidades das Províncias de Rhones, e em Paris, visitas técnicas a laboratórios de pesquisas. Esta dinâmica propiciou uma interação de todo o grupo, gerando também debates paralelos entre os participantes que foi extremamente proveitoso.

A sessão plenária que mais diretamente envolveu a ABRACOR, teve

como tema: "Qual é a situação profissional dos conservadores/restauradores em sua Região/País?"

Com diferentes abordagens, os pontos seguintes foram exaustivamente debatidos:

1). Como você descreve a situação da conservação/restauração em sua região/país? - 2). A profissão está evoluindo, existe mercado profissional para os conservadores? - 3). O relacionamento entre diferentes profissionais de museus/galerias está sendo satisfatório? - 4). Existem normas profissionais para formação em conservação? - 5). Os conservadores têm suficiente autonomia para desenvolver seus trabalhos? - 6). O que você acha que poderia ser feito para remediar problemas recorrentes? - 7). O que poderia ICOM-CC fazer para ajudar nesta situação, - 8). Quais as organizações que estão envolvidas ou que poderão vir a ser envolvidas?

Em relação a comunidade de conservadores/restauradores brasileira, ali representada pela Presidente da ABRACOR, Maria Luiza Soares, do Diretor de Assuntos Internacionais, Professor Luiz Souza e de outros colegas, foi encaminhado ao Presidente do Bord, a confirmação da proposta para que o Brasil venha sediar o 13o. Encontro do ICOM-CC. A ABRACOR acredita que esta seria uma das maneiras do ICOM-CC apoiar não só os trabalhos que vem sendo desenvolvidos no Brasil, como também em toda a América Latina. Em assembléia geral, foi confirmada as duas cidades concorrentes: Atenas (Grécia) e Rio de Janeiro (Brasil), ficando a decisão final para o mês de novembro, quando o novo conselho eleito, fará sua primeira reunião em Barcelona, Espanha.

Conclusão:

Gostariamos de enfatizar a importância de se estimular a participação de profissionais brasileiros em eventos deste porte, com apresentações de trabalhos, painéis teóricos e/ou demais atividades dentro dos limites de sua competência, propiciando assim, melhor compreensão dos caminhos que a conservação/restauração vem percorrendo internacionalmente.

Acreditamos que pessoalmente, foi uma grande oportunidade poder compartilhar com os meus colegas conservadores, estes dias de debates intenso, onde prevaleceu sempre a idéia de uma troca cordial entre profissionais que acima de tudo, desenvolvem as mesmas atividades.

A ABRACOR em nome da comunidade brasileira de conservadores/restauradores, agradece todo o apoio que a Fundação VITAE vem dando à preservação da memória nacional.

Publicações & Boletins

"Anti Graffiti Story" - Revista que relata a história do anti grafite em quadrinhos. Fonte: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali - Istituto Centrale Del Restauro - Piazza San Francesco di Paola, 9 - Roma



O acervo da ABRACOR possui as seguintes publicações recebidas:

A) "Guia do Encadernador" - destinado à artistas plásticos, gráficos, bibliotecários, conservador marmorizador de papéis, papeleros e restauradores de papéis. A publicação contém 24 páginas, e aproximadamente 500 fornecedores da cidade de São Paulo. Fonte: S.A.N. Encadernações Papel & Arte-ME - Rua França Pinto, 183 - Vila Madalena, São Paulo - SP, Cep.: 040016-031 - telef.: (11) 570 3382, e Rua da União, 303 - Aclimação, São Paulo - SP, Cep.: 04107-011 - telefone: (11) 572 0329.

B) "Lei de Criação do IAP" - "Lei nº 6.235, de 21 de julho de 1999, que cria o Instituto de Artes do Pará, foi aprovada integralmente e sem emendas, pela Assembléia Legislativa do Estado, em 08 de julho de 1999" (...)

Instituto de Artes do Pará - Cadernos IAP - V.1, agosto - 1999
Av. Nazaré, 31 - Bairro Nazaré, Belém - PA, Brasil - Telefone: (91) 223 1271 - Telefax: (91) 223 1280.

C) "Arte e Desenvolvimento". João de Jesus Paes Loureiro. Cadernos IAP - V.2 - agosto - 1999. Instituto de Artes do Pará Av. Nazaré, 31 - Bairro Nazaré, Belém - PA,

Brasil - Telefone: (91) 223 1271 - Telefax: (91) 223 1280.

D) "Malabo" - Revista de Guiné Equatorial.

Fonte: Avda. Ramón y Cajal, 71 - 28016 Madrid - Telefone: (91) 416 8764 - fax: (91) 413 2679 E-Mail: javierbleda@jet.es - Depósito Legal: M-23276-1999/Distribución Gratuita.

E) "Principios Éticos do Arquivista" - (documento)

AAB - Associação dos Arquivistas Brasileiros - Rua da Candelária, 9 sala 1004 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, cep.: 20091-020. Telefax: (21) 233 7142 - e-mail: aab@imagelink.com.br - http://aab.cjb.net.

F) "Archetype Books Catalogue" - Publisher and International Specialist Book Supplier.

Mail Order Department: 6 Fitzroy Square, London W1P 6DX - Telefone: (44) 207 380 0800 - Fax: (44) 207 380 0500 -

E-mail: <info@archetype.co.uk> - www.archetype.co.uk

G) "Plan para la preservación de colecciones - Framework for Preservation of Museum Collections", (grande encarte; de um lado em espanhol e do outro, em inglês). Enviado juntamente com o Boletim da APOYO - Asociación para la Conservación del Patrimonio Cultural de las Américas - volume 9, nº 1, verão de 1999.

Endereço: P.O. Box, 76932 Washington D.C. 20013 - USA.

H) Infodiversidad. Sociedad de Investigaciones Bibliotecológicas - volumen 1, Buenos Aires, Argentina, 1999, 232 p.

Boletins:

- **"ECCO - European Confederation of Conservator-Restorer's Organizations"** - Newsletter nº 5 - 1999. Official address: Diepestraat, 18, B-3061 Leefdaal - Belgium.
- **"Boletim do CEIB"** - Belo Horizonte, v.3/ nº 12 - setembro, 1999.
- **Endereço:** CEIB/EBA/UUFMG - Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte - MG, cep: 30.270-010 - telefone: (31) 499 5377 - e-mail: <ceib@eba.ufmg.br> .
- **"Boletim - Associação dos Arquivistas Brasileiros"** - Ano 9, nº 1 jan/abr 99.
- **Endereço:** Rua da Candelária, 9 sala 1004 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, cep.: 20091-020.
- **"CPC - Comissão de Patrimônio Cultural Informa"** - setembro 99 v.05, nº 09.
- **"Cenas Rurais"** - Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu/Secretaria de Educação e Cultura & Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Sebastião José Pereira" - Mogi Guaçu - SP. (Informativo de setembro/outubro/99).
- **"Archivese - Organo Difusor"** - San José, Costa Rica, nº 60 Anõ 15, junio 1999.
- **Organo Difusor de la Dirección General del Archivo Nacional - Apdo. 41-2020 Zapote, San José Costa Rica.** Telefone: (506) 234-7312.

Desafio ABRACOR

A Diretoria da ABRACOR lançou um desafio à memória dos conservadores/restauradores: As Felizardas foram a Beatriz Coelho e a Bethânia Velloso. Ninguém melhor do que elas para responder a pergunta: "A foto é da turma do curso do CECOR de 1981 e foi tirada em frente à Escola de belas Artes da UFMG, provavelmente em julho, período da parte de papel. As pessoas fotografadas são:

Anchieta SP,
Beatriz Coelho, MG
Jayme Spinelli (na época Spinello), RJ

Débora de Assis Mendes, PE
(atrás alguém que não se pode ver direito)
Alberto Rafael, PA
Ivê Duarte Madeira, MG
Mária Luisa Ramos de O. Soares - Kuka, RJ
Mária de Lurdes



Maciel, MS
Aldo João Nunes, SC
Teresa Cristina (que depois casou com Toninho), MG
Olga Maria, SP
Martha Beatriz Plazas de Fontana, Colômbia
Regina Dragiça Kalman, SP
Ailton Batista da Silva, MG
Antônio Fernando Batista dos Santos, MG
Então, acertamos 14?

Um grande abraço para vocês,
Beatriz e Bethânia"

Agora a ABRACOR Lança seu segundo "Desafio". Todos Nesta foto Foram Presidentes da ABRACOR. As perguntas são:

- 1) Nomes dos respectivos presidentes;
- 2) Anos da gestão de cada um;
- 3) O nome do presidente que

não se encontra na fotografia.

As respostas devem ser enviadas para o e-mail abracor@uol.com.br ou abracor@hotmail.com

O prazo final do desafio é 01 de Março de 2000, isso se o mundo não acabar antes!



(a Sorte)

Agenda ABRACOR

- "Chan Chan, Trujillo, Perú". Segundo Curso Panamericano sobre la Conservación y el manejo del patrimonio arquitectónico histórico-arqueológico tierra - de 31 de octubre a 31 de diciembre/1999. Información: Proyecto "Terra"- PIAT99. Instituto Getty de Conservación (GCI), 1200 Getty center Drive, Suite 700. Los Angeles, CA 90049-1684, USA. Fonte 1: APOYO, volumen 9, n° 1 verano de 1999.
- Endereço: P.O. Box 76932 - Washington D.C. 20013, USA
- - "Conferência sobre los restos humanos: Conservación, recuperación y análisis". De 07 a 11 de novembro/1999, em Williamsburg, Virgínia EE.UU. Informação: Emily Williams, Department of Conservación - BHW, The Colonial Williamsburg Foundation, P.O. Box 1776, Williamsburg, VA. 23187-1776, fax: (757) 565 8752. Fonte: APOYO, volumen 1, verano de 1999. P. O. Box, 76932 - Washington D.C. 20013, USA.
- - "Segunda Bienal Simposium sobre la Conservación de Textiles" - de 29 a 31 de marzo/2000. Carolina del Norte, EE.UU. Informação: C. MacLean, NATCC Symposium 2000, L.A. Country Museum of Arte, 5905 Wilshire Blvd. Los Angeles CA 90036, USA. Fonte: APOYO - volumen 1, verano de 1999. P. O. Box, 76932, Washington D.C. 20013, USA.
- - "Simposium 2000 - La Conservación del Patrimonio Arquitectónico" - Instituto de Conservación Canadiense. De 17 a 20 de mayo/2000. Instituto de Conservación Canadiense. Información: Symposium 2000, Canadian Conservation Institute, Department of Canadian Heritage, 1030 Innes Road, Ottawa ON KIA 0M5, Canada. Telephone: (613) 998 3721, fax: (613) 998 4721, e-mail: <jamesbourdeau@pch.gc.ca> Fonte: APOYO - volumen 1, verano de 1999. P.O. Box, 76932, Washington D.C. 20013, USA.
- - "V Coloquio Internacional sobre Ciencia de Materiales y Restauración (MS/99)" - de 30 de noviembre a 02 de diciembre/1999, en Osfildern, Alemanha. Informação: Technische Akademie Esslingen, Weiterbildungszentrum, Ammeldung, Postfach 1265, D-73748 Osfildern, Alemanha. Fax: 49 - 711-340.0827 o 340.0843, o por correo electrónico a la Sra. Ingrid Vacca: <Ingrid.Vacca@tae.de> e Dra. A. Elena Charola: <charola@worldnet.att.net>. Fonte: APOYO - verano de 1999. P.O. Box, 76932, Washington D.C. 20013, USA.
- - "Les Ecoles de Restauration en Europe" - Journée-débat à Auditorium du Louvre, le mercredi 23 février 2000. Tarif des journées-débat: 40 F, 30 F (tarif réduit). Le tarif réduit s'applique aux moins 26 ans, chômeurs, carte Louvre jeunes, Amis du Louvre, personnels du Ministère de la Culture, architectes, sur présentation de leurs cartes, ainsi qu'aux groupes de cinq personnes ou plus. Le personnel du Louvre, les conservateurs des musées et détenteurs de cartes ICOM/ICOMOS bénéficient de la gratuité (merci de présenter votre carte et vous inscrire avant le 14 février au 01 40 20 52 86). Renseignements: 01 40 20 51 86, 36 15 Louvre. www.louvre.fr - Réservation-vente par téléphone, à partir du 5 janvier: 01 40 20 84 00. Fonte 3: Musée du Louvre - 101 rue de Rivoli, 75058, Paris Cedex 01.
- Téléphone: 01 40 20 50 50 - fax: 01 40 20 54 30. Contato: musée-musées - Catherine Pontet - assistée d'Audrey van de Sandt.
- " Frye Institute Program - Leading the Information Revolution st Century Higher Education" Instituições responsáveis: Council on Library and Information Resources, Educause, and Emory University. Local: Washington, DC, Estados Unidos. Período: de 4 a 16 de junho de 2000, na Emory University. Após esse estágio, o Programa estende-se por um ano, com questões práticas desenvolvidas pelos participantes em suas instituições de origem, sendo os resultados compartilhados num pequeno seminário no ano seguinte. Inscrições: até 15 de dezembro de 1999. Custo: US\$ 2500, cobrindo hospedagem, no Emory Conference Center, refeições e seminários. Informações: Deanna Marcum, President - Council Library and Information Resources - 1755 Massachusetts Ave., NW, Suite 500 - Washington, DC, 20036-2124. Tel: (001) (202) 939-4750; fax: (001) (202) 939-4765 - e-mail: info@fryeinstitute.org - site: http://www.fryeinstitute.org
- Fonte: CPC - Comissão de Patrimônio Cultural Informa, novembro 99, v.05, n. 11
- USP - Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária - Comissão de Patrimônio Cultural - Rua da Reitoria, 109 bloco K conj. 604 - 05508-900 São Paulo - SP. Telefax: (0) (11) 818-3252 - e-mail: uspcpc@edu.usp.br
- Cursos do Centro Nacional de Conservación, Restauración y Museología - CENCREM" Local: Havana, Cuba (no CENCREM - antigo Convento de Santa Clara). Informações e inscrições: Lic. Mirta Lianes Godoy - Jefe Departamento Docente - Centro Nacional de Conservación, Restauración y Museología - antiguo Convento de Santa Clara - Calle Cuba, 610 entre Sol y Luz, La Habana Vieja 10100 - La Habana, Cuba. Tel: (0053)(7) 613775/612877/615043. Os prazos de inscrição vencem 20 dias antes do início de cada curso. Há alojamentos acadêmicos ao preço de US\$ 25,00 por pessoa, incluído o café da manhã.
- (Folhetos dos programas dos cursos disponíveis no Banco de Dados /CPC
- Fonte: CPC - Comissão de Patrimônio Cultural Informa, novembro 99, v.05, n. 11
- Rua da Reitoria, 109 bloco K, conj.604 - 05508-900 São Paulo - SP. Telefax: (0) (11) 818-3252 - e-mail: uspcpc@edu.usp.br



ABRACOR : pioneira na desbravação dos mares da conservação-restauração

Homenagem ABRACOR aos 500 Anos do Descobrimento do Brasil



IMPRESSO



Boletim da ABRACOR
 Trimestral- Dezembro/Janeiro/Fevereiro de 1999/2000 - 1.500 mil exemplares
 Correspondência: Rua São José, nº. 50/9º andar - sala nº. 5. Centro - Rio de Janeiro/RJ
 Caixa Postal 6557 CEP: 20030-970 Rio de Janeiro - RJ - Brasil
 Telefax : (0xx21) 533-8090 Ramal 244